

**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE
DO NORTE - FARN**

LAUDEMAR BEZERRA DOS SANTOS

**APLICAÇÕES PRÁTICAS DAS IFRS NO AMBIENTE CORPORATIVO:
Estudo da percepção de estudantes e profissionais de Ciências Contábeis.**

NATAL/RN

2011

LAUDEMAR BEZERRA DOS SANTOS

**APLICAÇÕES PRÁTICAS DAS IFRS NO AMBIENTE CORPORATIVO:
Estudo da percepção de estudantes e profissionais de Ciências Contábeis.**

Monografia apresentada à Faculdade Natalense
para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte
como requisito para Aprovação e Conclusão do
Curso de Graduação em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^ª. Msc. Joana Darc M.Martins

**NATAL/RN
2011**

LAUDEMAR BEZERRA DOS SANTOS

**APLICAÇÕES PRÁTICAS DAS IFRS NO AMBIENTE CORPORATIVO:
Estudo da percepção de estudantes e profissionais de Ciências Contábeis.**

Monografia apresentada à Faculdade Natalense
para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte
como requisito para Conclusão do Curso de
Graduação em Ciências Contábeis.

APROVADA EM : ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Msc. Joana Darc Medeiros Martins
FARN

Prof^a. Msc. Marise Magaly Queiroz Rocha
FARN

Prof^a. Esp. Thereza Angélica Bezerra de Sousa Santos
FARN

**NATAL/RN
2011**

DEDICATÓRIA

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela sabedoria e saúde, para suportar e superar os obstáculos da vida, ao meu Pai o Manoel Alves dos Santos e minha mãe, Zilda Bezerra dos Santos, pelo amor e dedicação que tiveram comigo a todos os meus irmãos que me incentivaram nessa caminhada, rumo à vitória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores do Curso, em especial ao Profº Dr. Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira e a minha Orientadora Professora Msc. Joana Darc Medeiros Martins. Agradeço a todos os meus colegas que enfatizo os meus sinceros votos de grande amizade a Joseliudo Fonseca, Adriana Matias, Shirley Andresa e Renata Melo que no decorrer do curso compartilharam momentos de alegria e muita luta, somando esforços na busca de um aprendizado significativo.

"Contra os ataques é possível nos defendermos: contra o elogio não se pode fazer nada."

Sigmund Freud

RESUMO

A contabilidade vem nos últimos anos se intensificando nas tomadas de decisões, no que tange ao desenvolvimento das normas internacionais de contabilidade (Internacional Financial Reporting Standards - IFRS). O processo de convergência contábil torna-se então, uma necessidade diante de economias globalizadas, onde as existências de investimentos externos estão cada vez mais freqüentes, assim, a contabilidade precisa ser elaborada e compreendida por toda e qualquer nação. O objeto de estudo é analisar a percepção dos estudantes e profissionais das Ciências Contábeis mediante a prática das IFRS. Trata-se de uma pesquisa teórico-empírica que teve como ponto de partida conhecer as orientações legais e regulamentares das normas internacionais de contabilidade. O método do estudo foi dedutivo, comparativo e estatístico, qualitativa e quantitativa. A coleta de dados foi feita através de entrevista estruturada contendo perguntas fechadas. A análise dos resultados demonstra que embora os entrevistados concordem que as mudanças na contabilidade serão positivas, não está de fato sendo aplicada. Atribuindo para isso a falta de treinamento e legislação muito complexa.

Palavras-Chaves: IFRS. Contabilidade. Estudantes. Professores.

ABSTRACT

The accounting has intensified in recent years in making decisions regarding the development of international accounting standards (International Financial Reporting Standards - IFRS). The process of accounting convergence then becomes a necessity in the face of a globalized economy where the stock of foreign investment are becoming more frequent, thus accounting must be developed and understood by any nation. The object of study is to analyze the perceptions of students and professionals from Accounting through the practice of IFRS. It is a theoretical and empirical research that had as a starting point to know the legal and regulatory guidelines of international accounting standards. The study method was deductive, comparative statistics, qualitative and quantitative. Data collection was done through a structured interview containing closed questions. The results show that although the respondents agree that changes in accounting will be positive, is not actually being applied. Attributing this to the lack of training and very complex legislation.

Key -Words: IFRS. Accounting. Students. Teachers.

INDICE DE SIGLAS

ANEFAC	Associação Nacional de Executivos, Finanças, Administração e Contabilidade.
ABRASCA	Associação Brasileira das Campanhas Abertas.
BR Graap	Princípios Contábeis Geralmente Aceitos.
CPC	Comitê de Pronunciamento Contábil.
CVM	Comissão de Valores Imobiliários.
CSSL	Contribuição Social Sobre Lucro Líquido.
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixas.
DIPJ	Declaração de Informação Econômico Fiscais da pessoa Jurídica.
DRE	Demonstração dos Resultados dos Exercícios.
DOAR	Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos
ECD	Escrituração Contábil Digital
LALUR	Livro de Apuração de Lucro Real.
FASB	Financial Accounting Standards Board.
FIAC	Federação Internacional de Contadores.
IASC	Comissão de Normas Internacionais de Contabilidade.
IASB	International Accounting Standards Board.
IFRS	International Financial Reporting Standards.
IBRACON	Instituto de Auditores Independentes do Brasil.
ICPS	International Center Theoretical Sciences
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica.
MTF	Sistema de Negociação Multilateral.
MBCA	Modelo Federal de Legislação dos EUA.
NIIF	Normas Internacionais de Informação Financeira.
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
PIB	Produto Interno Bruto.
RI	Relação de Investidores.
RTT	Regime Tributário de Transição.
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital.
SEC	Securities and Exchange Commission.
US GAAP	Generally Accepted Accounting Principles.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Sexo dos entrevistados.	43
Tabela 2- Idade dos entrevistados.	44
Tabela 3- Qual o seu interesse de estudar sobre IFRS?	45
Tabela 4- Atuação profissional dos entrevistados.	46
Tabela 5- As demonstrações contábeis são preparadas para satisfazer as tomadas de decisões dos seus usuários?	47
Tabela 6- Em sua opinião, qual o objetivo principal no conhecimento das IFRS?	48
Tabela 7- Como você adquiriu conhecimento das IFRS?	49
Tabela 8- Em sua opinião os profissionais contábeis estão aplicando na contabilidade das empresas os procedimentos adotados nas IFRS?	50
Tabela 9- No caso de discordância qual o motivo?	51
Tabela 10- Em sua opinião as IFRS irão proporcionar mudanças positivas para a contabilidade?	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Sexo dos entrevistados.	43
Gráfico 2- Idade dos entrevistados.	44
Gráfico 3- Qual o seu interesse de estudar sobre IFRS?	45
Gráfico 4- Atuação profissional dos entrevistados.	46
Gráfico 5- As demonstrações contábeis são preparadas para satisfazer as tomadas de decisões dos seus usuários?	47
Gráfico 6- Em sua opinião, qual o objetivo principal no conhecimento das IFRS?	48
Gráfico 7- Como você adquiriu conhecimento das IFRS?	49
Gráfico 8- Em sua opinião os profissionais contábeis estão aplicando na contabilidade das empresas os procedimentos adotados nas IFRS?	50
Gráfico 9- No caso de discordância qual o motivo?	51
Gráfico 10- Em sua opinião as IFRS irão proporcionar mudanças positivas para a contabilidade?	52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMÁTICA.....	12
1.2 OBJETIVOS.....	15
1.2.1 Objetivo Geral.....	16
1.2.3 Objetivos Específicos.....	16
1.3 JUSTIFICATIVA.....	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE.....	17
2.2 LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA E SUAS PRÁTICAS.....	33
2.3 AS ALTERAÇÕES ADVINDAS COM AS LEIS 11.638/07 E 11.941/09.....	37
3 METODOLOGIA.....	40
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	40
3.2 UNIVERSO E AMOSTRA.....	41
3.3 COLETA DE DADOS.....	42
3.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	43
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE.....	57

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMÁTICA

Esse trabalho teve como foco demonstrar a percepção dos estudantes e profissionais da contabilidade para uma determinada visão das IFRS, no contexto da adaptação das tomadas de decisões em nível de entendimento sobre o referido assunto.

Entender o uso das IFRS perpassa pela necessidade de buscar adaptar-se e gerar informações relevantes na tomada de decisões tendo em mente um objetivo ideal que irá demonstrar o mérito de manter o aprimoramento ao meio pelo qual está se adaptando a linguagem global.

O objetivo geral deste trabalho será investigar se profissionais e estudantes de Ciências Contábeis sentem-se capacitados a atuar na prática, com as normas internacionais de Contabilidade e as práticas de IFRS no ambiente corporativo.

A importância de estudar e adaptar-se a IFRS está relacionada às mudanças que o mundo competitivo impõe ao mercado, tendo o cuidado de perceber os caminhos que tendem a constantemente oferecer uma nova tomada de decisão e oferecer uma maior relevância no meio científico para alcançar maiores resultados.

O modo de estudar as IFRS no Brasil tende a unificar a linguagem contábil a nível mundial almejando um bom desempenho e conseqüentemente manter um parâmetro que propõe uma relação e interligação maior com o processo de informação das ações sociais.

A contabilidade vem nos últimos anos se intensificando nas tomadas de decisões, no que tange ao desenvolvimento do SPED (sistema público de escrituração digital) e também das IFRS (normas internacionais de contabilidade).

O objetivo primordial é manter a modernização e unificação da ótica contábil a nível mundial tendo em vista o desenvolvimento geral nas tomadas de decisões em termos de melhoramento do sistema contábil.

No final dos anos 90, começou a especulação sobre as normas internacionais tendo em vista a preocupação de expandir o interesse de aprimorar ainda mais o mecanismo de crescimento dessa ciência social aplicada que conhecemos como contabilidade. Há uma grande preocupação que nos estudos das IFRS, a adaptação no sistema contábil de um país para outro é mero contraste em decorrência das políticas sociais, tendo em vista o aprimoramento da aceitação dos estudos sobre as IFRS.

Com a nova legislação às normas internacionais para a contabilidade brasileira buscam o enquadramento às IFRS, adotado nos principais mercados de valores que interage da forma conveniente ao andamento das práticas contábeis na convergência mundial.

Diante de vários conjuntos de conhecimentos contábeis com várias denominações (postuladas, princípios, convenções, procedimentos), qual conjunto deveria ser obedecido pelos contadores no transcorrer de suas atividades?

Alguns procedimentos contábeis foram modificados pelo IASB (International Accounting Standards Board), tendo em vista que em concordância com o FASB (Financial Accounting Standards Board) determinou uma agenda de convergência com o objetivo de unificar os princípios contábeis através da harmonização de cada sistema contábil regional na busca de aprimorar a qualidade da informação contábil que é explícita pelas suas demonstrações.

A relevância do estudo das IFRS vem adicionar uma maior “saída” para equilibrar o aprimoramento contábil entre vários países que interagem de forma progressiva no âmbito da metodologia contábil que visa a cada dia interagir ainda mais nos dias atuais.

Quando existe uma maior frequência de se impor o mecanismo de avaliação das tomadas de decisões, ocorre à necessidade de pesquisar ainda mais os meios legais para descobrir o melhor caminho pelo qual se deve seguir, buscando melhorar: termos, conhecimento, linguagem formal e desenvolver mecanismo de relevâncias contábeis.

Como também as descobertas que possam facilitar a concordância da abrangência na adaptação das IFRS, com o propósito legal de alcançar todas as informações legais sobre a unificação da linguagem contábil como objetivo geral.

Deve-se avaliar a relevância da decisão que de maneira geral adaptem-se as necessidades rotativas das informações contábeis. Lembrando ainda, a valorização do referido setor à economia por possuir participação no meio exterior e ser passível de ajuste a modelos de mercados desenvolvidos em meios globais.

Ante o exposto surge o seguinte problema de pesquisa: ***Qual a percepção dos estudantes e profissionais em Ciências Contábeis na execução prática das IFRS?***

Uma provável resposta a essa pergunta poderá contribuir para um determinado entendimento do nível dos alunos e profissionais da contabilidade, ou seja, as entidades brasileiras guardam o seu escopo jurídico que se ajustam às exigências internacionais no tocante à propagação das informações contábeis.

A maioria dos consultores e especialistas sempre defendeu a tese de que as normas internacionais de contabilidade (Internacional Financial Reporting Standarts - IFRS) aumentaram a transparência das demonstrações financeiras das companhias.

No entanto, há predominância do setor que se deve ter uma estreita relação com o mercado internacional com o propósito de uma suposta adaptação com normas legais normativas aos meios contábeis.

Observa-se que no Brasil há uma forte resistência a aceitação das IFRS por causa das políticas sociais, que se apresentam apenas de forma notória a partir de 2010, tendo em vista o processo de entendimento através de treinamentos e palestras de forma consensual para a apresentação desse processo novo que busca unificar a visão e linguagem contábil a nível global.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Investigar se profissionais e estudantes de Ciências Contábeis sentem-se capacitados a atuar na prática, com as normas internacionais de Contabilidade e as práticas de IFRS no ambiente corporativo.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Realizar levantamento das alterações nas práticas contábeis advindas com as regras de Contabilidade Internacional;
- Investigar através de questionário a percepção dos estudantes e profissionais de Contabilidade no que tange às novas práticas internacionais para aplicação prática;
- Aferir se a existe preparo para aplicação prática das IFRS em comparativo com a teoria.

1.3 JUSTIFICATIVA

Torna-se um desafio falar sobre as IFRS buscando na realidade o avanço da ciência social aplicada, aprimorando ainda mais o seu potencial no decorrer de suas interações na linguagem única de forma consensual no que abrange o mundo de descobertas que visam o progresso do desenvolvimento das inovações contábeis.

Segundo Niyama (2008, p.52) “A contabilidade internacional pode ser definida como o estudo comparativo dos princípios, normas e padrões de contabilidade, em termos nacionais e internacionais.”

Enfatiza ainda o autor, que o método das IFRS, como sendo o estudo das normas internacionais de contabilidade, com o objetivo de traçar uma marca de unificar um método de atuação a nível global de contexto para atuar nas tomadas de decisões no meio contábil – social.

A questão da assimetria da informação pode explicar de forma clara e precisa a forte tendência de relevância das IFRS, na realidade geral dos que fazem uso dessa ferramenta que hoje é um grande marco, que podemos citar a ciências contábeis.

Tem-se como base de estudo do último senso, que demonstra os seguintes números até 2008; segundo Niyama (2008, p.52):

- 1.017 cursos de contabilidade no Brasil;
- 18 de mestrado (formaram até 2009 2.300 mestres);
- 3 de doutorado (formaram 180 aproximadamente até 2009).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

As normas internacionais de contabilidade (IFRS) é uma inovação no meio contábil pela estratégia que possam ser úteis nas tomadas de decisões, estabelecerem em linhas gerais a forma de apresentação das demonstrações financeiras, incluindo diretrizes, sua estrutura e conteúdo mínimo que tange suas informações de certa relevância na unificação da linguagem contábil global.

Foi colocado em vigência em 01/01/2005, o propósito central é de certa forma coerente que saibamos que a contabilidade é uma ciência social aplicada, e temos que entender que há certo entendimento de mudanças que venha a somar ainda mais para melhor desenvolvimento do sistema que abrange as relações de interação de forma global e de maneira direta a idéia principal de maior informação.

Uma das grandes dúvidas sobre a nova padronização diz respeito à escolha pelo Brasil das normas contábeis internacionais, em detrimento do US GAAP (Generally Accepted Accounting Principles).

De acordo com a CVM, é preferível que as companhias migrem para as IFRS, e não para US GAAP, sendo inteiramente fundamentada em uma malha legal. O fato das IFRS advirem de uma entidade supranacional, incluindo a maioria dos países da União Européia, confere a elas um caráter internacionalizado e objetivo.

Ressalta-se, também, que as IFRS já foram adotadas por mais de sete mil companhias abertas. Nesse processo de unificação das normas contábeis, os EUA já deram um passo a diante. A IASB (International Accounting Standards Board) e o Financial Accounting Standards Board (FASB), responsável pelo US GAAP, estabeleceram um conjunto de condições adequadas para a unificação contábil internacional.

Segundo Alves (2009, p.49) “alterações na lei que modifique o critério de reconhecimento de receita e o lucro líquido do exercício não terão efeito para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica”.

A adoção das IFRS implica também vantagens financeiras relativas. O custo de acompanhamento das normas Norte-Americanas é no conjunto mais alto que o do similar internacional.

As IFRS têm objetivo estabelecer os procedimentos que devem ser seguidos quando uma sociedade adota pela primeira vez as normas internacionais de contabilidade como base de apresentação de suas demonstrações financeiras para o exercício social de 1º de janeiro de 2005. A sociedade deve selecionar as suas políticas contábeis com base nas NIIF (Normas Internacionales de Informacion Financeira) vigentes em 31 de dezembro de 2005.

Para a contabilidade é muito relevante e influenciada pelo ambiente em que atua as divergências históricas, os valores culturais e todas as estruturas políticas, que acabam refletindo nas práticas contábeis em vigência. As praticas contábeis diferem de um país para outro.

Em alguns países, a exemplo do nosso, a contabilidade é incentivada pela exigência legal, em outros países, pelo o uso do bom senso dos órgãos profissionais de classe, como por exemplo, os Estados Unidos. A contabilidade é a principal linguagem de comunicação dos agentes econômica em busca de oportunidades de investimentos e na avaliação do risco, nas transações que tramitam pelas rotatividades de operações.

Após conhecer as verdadeiras causas da existência no tratamento contábil no mundo pelo qual denotam toda a sua importância tendo o IASB, como ligação e rumo ao declínio das diferenças na contabilidade mundial. (rever o que pretende dizer).

Segundo Niyama (2008, p.30) “Geralmente, um país economicamente forte é politicamente mais atuante, além de exercer maior influência sobre um grupo específico de países no que tange aos procedimentos contábeis a serem adotados”.

As entidades internacionais da profissão contábil vêm buscando promover a sua aceitação em nível internacional. Além de colocar as demonstrações financeiras das empresas brasileiras na mesma linguagem adotada por mais de cem países de todo mundo. O padrão IFRS oferece mais confiabilidade aos sistemas de divulgação de dados empresariais.

Com o novo padrão, abrem-se também novas oportunidades de acesso a crédito às companhias nacionais, a partir da facilitação de relacionamento com as instituições financeiras estrangeiras que, em geral, exigem demonstrações adequadas às normas internacionais de contabilidade para conceder recursos.

Vale destacar que, a partir de agora, o padrão em IFRS, torna-se uma referência não só para as empresas que já são obrigadas nesse primeiro momento a adotar o sistema. A tendência é que o mercado passe a exigir que as demonstrações financeiras de todas as empresas do país passem a ter as IFRS como referência, sendo essa exigência deve ser

especialmente imposta pelas instituições financeiras na hora de avaliar a capacidade de contratação de crédito das corporações, sejam micro, pequenas, médias ou grandes empresas.

A IASC (Comissão de Normas Internacionais de Contabilidade) está sediada em Londres e tem como objetivo formular e divulgar, no interesse público, normas evoluídas e uniformes para a elaboração das demonstrações financeiras, e torná-las aceitáveis em nível internacional. Especialista de todo o mundo compõem seu quadro de profissionais e, devido à sua forma de atuação, recebe o apoio de toda a comunidade de negócios.

A FIAC (Federação Internacional de Contadores) é reconhecida como a cúpula da profissão contábil e tem por objetivo o desenvolvimento e uniformização da profissão em todas as modalidades de sua atuação, sendo uma de suas principais tarefas o desenvolvimento e harmonização de normas e procedimentos de auditoria e de regras aplicáveis ao exercício dessa atividade.

As principais causas das diferenças na contabilidade internacional predominam nos lançamentos, encerramento de um exercício social e prepara ainda uma demonstração contábil a serem divulgadas para o usuário e os meios diferenciados no mundo.

Existem métodos pelos quais dever-se ser considerados para o manuseio das IFRS, quando se procura impor desenvolvimento dos mecanismos contábeis. A existência de vários modelos contábeis nos termos globais, não se pode afirmar que um mecanismo contábil de um país poderá ser pior do que outro.

A globalização da economia mundial tem sido um grande fator que contribuiu para a evolução da contabilidade internacional, visto que a comparação das diversas práticas levando a relevância da constatação e procedimentos distintos conduzem a resultados satisfatórios.

A IASB tem a demanda por os padrões contábeis internacionais relaciona-se diretamente com evolução e o progressivo crescimento do comércio globalizado, sendo as normas internacionais e o avanço tecnológico que possibilitam ainda mais o acesso à comunicação.

No mercado que se influencia há determinação de conquistar novos mercados que venham a desenvolver ainda mais a internacionalização da contabilidade tendo o seu reflexo no ambiente político e econômico.

O IASB é um órgão independente, do setor privado, com objetivo centrado para os estudos dos padrões contábeis, com sede em Londres, Reino Unido.

É constituído por um conselho de membros, formados por representantes de mais de 140 entidades de classe de todo o mundo, inclusive do Brasil, é patenteado pelo IBRACON e pelo conselho federal de contabilidade.

Tem como objetivo central promover o uso e a aplicação rigorosa das normas estabelecidas, como também a convergência entre as normas contábeis locais e as normas internacionais de contabilidade de alto nível.

Vale salientar que os pronunciamentos não são obrigatórios, apenas é uma referência facultativa que facilita as informações contábeis por parte dos investidores e autoridades.

A linguagem contábil das IFRS tem seu direcionamento a uma pesquisa de forma conjunta de países com semelhanças da contabilidade, adotando elementos de diferenciação: estágio de desenvolvimento econômico, complexidade empresarial, economia planificada e credibilidade na legislação.

Segundo Niyama (2008, p.52) “As possibilidades de pesquisa nesta área são amplas, indo desde estudos específicos comparativos sobre diversos assuntos de interesse da Contabilidade, até a investigação dos efeitos da adoção de uma determinada prática sobre os resultados das empresas de um determinado país.”

Pode-se interagir no meio contábil de forma direta no que tange as normas gerais das tomadas de decisões e suas características de impor uma tendência normal de se ter o desenvolvimento e obter uma maior valorização.

A adequação às normas internacionais como processo inexorável a integração financeira internacional, sofreu uma forte influência da globalização que disseminou a presença de empresas estrangeiras nos vários países do mundo.

Para melhor atuar contra a concorrência e preservar a competitividade, as empresas transnacionais passaram a ter que programar um novo conjunto de demonstrações contábeis, em parâmetros em princípios contábeis mundialmente aprovados.

Com o desenvolvimento da integração financeira internacional incidiu uma procura de unificação da linguagem contábil, com propósito central de normas aplicáveis em grande parte da economia aplicada.

O padrão de normalização mais atribuído é de certa forma há razão da forte presença de entidades financeiras norte-americanas nos mercados internacionais, existem especulações que 40% das 100 maiores empresas transnacionais estão localizadas nos Estados Unidos.

Tendo ainda como base o US GAAP tem seu benefício da forte predominância do sistema fiscal norte-americano no resto do mundo.

O padrão de normatizações abrigado pelo IFRS/IAS teve origem na Europa, sendo o processo de desenvolvimento de suas normas é resultado de uma ampla decisão final acerca de conteúdo de novas normas das IFRS/IAS, bem como de eventuais modificações substanciais em normas que já estão em vigor, passa pela instância colegiada do IASB.

O principal objetivo desse arranjo consiste em permitir que as bolsas de valores internacionais passem e aceitar as demonstrações financeiras das empresas tanto sob o padrão US GAAP quanto de acordo com o IFRS/IAS, tendo em vista uma empresa que deseja listar suas ações no mercado de capitais dos Estados Unidos, poderá apresentar a SEC suas demonstrações financeiras de acordo com as normas do IFRS/IAS e, da mesma forma, uma empresa norte-americana que pretende operar na bolsa londrina pode apresentar suas demonstrações financeiras conforme o padrão US GAAP.

Em 2005 cerca de 92 países adotavam as normas da IASB, entre eles, todos os 25 países da União Européia. Seguindo o caminho da tendência internacional, a Bovespa passou a exigir as demonstrações contábeis em US GAAP.

Destaca-se que as normas contábeis brasileiras já são hoje muito influenciadas pelas normas internacionais. As vantagens dessa medida decorrem do fato de que, além de proporcionar uma maior credibilidade para as companhias nacionais, o alinhamento com os padrões contábeis internacionais ampliará a compreensão e o nível de informação acerca das demonstrações financeiras dessas empresas, em todos os mercados financeiros.

Em 2007, a comissão de valores mobiliários norte-americanos, aprovou a adoção do IFRS como um padrão de contabilidade aceito nos Estados Unidos da América, fato que permitiu às companhias estrangeiras registradas na SEC utilizar o IFRS em vez dos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos, o US GAAP (ou reconciliação com este na elaboração de suas demonstrações financeiras), de valores mobiliários para investidores institucionais, por meio de colocações privadas, nos mercados capitais dos Estados Unidos e da União Européia.

Os valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras no exterior são admitidos para negociação no Euro MTF (Sistema de negociação multilateral) mercado não regulamentado da bolsa de Luxemburgo, que evidencia uma relativa baixa liquidez e reduzido volume de transações.

Na Europa, berço das IFRS, a situação não é muito diferente. Embora haja um pouco mais de conhecimento sobre a importância da adoção do IFRS como norma de confiabilidade e comparabilidade para os usuários das demonstrações financeiras e para a melhoria de seus

negócios, o custo e a complexidade de sua implantação ainda afasta as pequenas e médias empresas do caminho dessas normas.

Segundo Luca (2009, p.12) “O maior desafio será muda a mentalidade, lutar contra vícios e ranços do passado.”

Atualmente 95% das empresas existentes no mundo são pequenas e médias, conforme a Organização para a cooperação e desenvolvimento Econômico (OCDE). Diante dessa realidade o International Accounting Standards Board (IASB), organização internacional sem fins lucrativos que emite as normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), criou em julho deste ano uma norma IFRS exclusiva para PMEs. Trata-se de uma versão condensada das regras internacionais, com apenas 230 páginas, cerca de 10% do IFRS completo, mas que mantém os mesmos princípios.

Segundo Rebouças (2009, p.33) “No Brasil, as aplicações do IFRS light já está sendo avaliada por um grupo por um grupo de estudos criado pelo CFC, do qual ele faz parte, e poderá entrar em vigor nos próximos anos”.

O IFRS reduzido está disponível para adoção por qualquer país que tenha ou não já optado pela adoção do completo. A adoção pode ser imediata e o IASB não define o que é uma pequena ou média empresa. Portanto, a determinação de quais empresas deve usar a nova norma fica aberto a cada país. Além do Brasil, a doção do IFRS light está em trâmites na Inglaterra e já foi adotado na África do Sul, conforme a Deloitte. O IFRS completo está em vigor 110 países.

Segundo Rebouças (2009, p.34) “O IFRS light vai ajudar as pequenas e médias empresas a superar as dificuldades encontradas para a convergência ao padrão internacional”.

Segundo Cova (2008, p.26) “A exigência de utilização do IFRS no Brasil ode retirar o obstáculo referente à questão do padrão contábil adotado e, portanto, garantir às companhias brasileiras um acesso mais fácil aos amplos mercados de capitais públicos dos Estados Unidos e da União Européia”.

Trata-se de uma boa oportunidade, sobretudo para as companhias que já estão adaptadas às mais rigorosas práticas de governanças corporativas aplicáveis naqueles mercados.

Nesse sentido, a instrução CVM 457/07 estabelece que, a partir de 2010, as companhias abertas brasileiras deverão elaborar suas demonstrações financeiras de acordo com o IFRS. A mesma instrução já faculta às companhias aberta as adoções voluntárias do uso desse padrão contábil. A bolsa de valores de São Paulo (Bovespa) admite atualmente o

IFRS na elaboração de balanços de companhias cujos valores mobiliários estejam listados no novo mercado.

Segundo Rebouças (2009, p.37) “O IFRS reduzido é uma versão bem mais light e totalmente plausível dentro da realidade das pequenas e médias empresas”.

Não há números confiáveis sobre quantas companhias brasileiras, abertas e de grande porte, já estão aplicando as normas contábeis internacionais. Pelos relatos empíricos de consultores e auditores, porém, tudo está andando a contento.

Para as empresas enquadradas na lei nº11.638, sociedades anônimas (S.A) ou empresas civis de responsabilidade limitada, a adoção da convergência começou em 2008, com a aplicação das normas do IFRS traduzidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamento Contábil). Já foram emitidos CPCs convergentes com o IFRS, dos quais 24 neste ano. No total serão emitidas 59 normas.

Segundo Rebouças (2009, p.35) “Garanto que 100% de meus clientes de auditoria já implantaram os pronunciamentos do CPC que estão em vigor”.

Para as companhias abertas, o prazo para o início da aplicação da norma internacional foi 2010, em duas versões.

Segundo determina a Comissão de Valores Imobiliários (CVM). A partir do exercício findo em 2010, as demonstrações financeiras consolidadas terão de estar integralmente de acordo com as normas internacionais, ou seja, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB.

De acordo com Rebouças (2009, p.35) “A grande demanda que temos recebido de nossos clientes é treinamento para meus profissionais”.

No Brasil, a tradução de questões como reavaliação e ajuste ao valor presente, feita pelo CPC, não foi literal. Observa-se que no caso da reavaliação, muito embora permitido pelas IFRS, optou-se no Brasil por proibir esse instituto, tendo em vista nosso histórico empiricamente comprovado de que a reavaliação era fundamentalmente um recurso para as empresas gerenciarem resultados contábeis.

Segundo Rebouças (2009, p.36) “Essa norma não existe no mundo das IFRS. Mas sua adoção não fere nem confronta os princípios e objetivos fundamentais da informação contábil determinada pelo IASB”.

O IFRS reduzido foi resultado de cinco anos de trabalho, com consultas globais às SMEs (Pequenas e Médias empresas), que representam mais de 95% das companhias no mundo, conforme compêndio da OCDE de 2004. Foi testado em campo por mais de 100

companhias em 20 países e foi traduzido para cinco idiomas (alemão, francês, espanhol, polonês romeno).

Na avaliação do IASB (International Accounting Standards Board,) o IFRS reduzido é uma resposta à forte demanda internacional tanto de países desenvolvidos quanto emergentes para que o compêndio de regras financeiras para as SMEs fosse muito mais simples, mas ainda assim com poder de dar aos usuários de informações financeiras comparabilidade dos balanços e confiança na contabilidade, além de reduzir custos significativos na manutenção das regras em base nacional.

Segundo Arisa (2010, p.44) “Até agora, mais de 50 novas normas foram editadas: em 2010, vamos nos dedicar ao seu refinamento, em consonância com o IASB (International Accounting Standards Board, que define as IFRS)”.

O padrão internacional para pequenas e médias companhias vai prover uma plataforma de crescimento, porque ajuda prepará-las para captar recursos com a venda de ações ao público e atuar no mercado de capitais, onde a adoção do IFRS integral é exigida, na opinião de analistas.

É importante observar que as instituições ligadas ao comitê de pronunciamentos contábeis, bem como o governo brasileiro, trabalham no sentido de que a contabilidade no Brasil fique completamente harmonizada com as regras internacionais.

Dessa forma impulsionam-se pelas transformações econômicas, políticas e sociais que caracterizaram os últimos 30 anos, as inovações no campo da contabilidade promoveram também uma mudança de patamar no que concerne ao perfil do profissional de contabilidade que deverá lidar com estas questões. Será preciso rever com urgência os projetos pedagógicos e as grades curriculares dos cursos de graduação e de pós-graduação em ciências contábeis, sob pena de não ser possível manter um nível de qualificação adequado às novas imposições do mercado.

No Brasil, a necessidade de uma maior capacitação por parte dos contabilistas para cumprirem as exigências de adequação às normas internacionais desenvolve-se pela lenta assimilação desses conceitos nas grades curriculares dos cursos de graduação. Apenas para efeito de exemplo, a demonstração dos fluxos de caixa (DFC), por não ser obrigatória, não integra o cotidiano de boa parte dos contabilistas brasileiros.

As informações obrigatórias, tais como o balanço e DRE e o DOAR, se prestam mais para atender ao fisco do que à gestão. Por sua vez, a DFC ao reclassificar a estrutura de contas em apenas quatro grupos (disponibilidades, operacional, investimentos e financiamentos),

permite um rápido entendimento acerca do que está ocorrendo em termos de desajustes financeiros, e estimulados a tomada de decisões financeiras corretas, sem que a real situação fique oculta por um lucro contábil num regime de competência.

Os balanços também foram afetados pela mudança da contabilização de operações de leasing. Pela norma antiga, a empresa não registrava equipamentos alugados por meio de leasing, quando os bens eram na produção ou transporte – caso de máquinas e aviões – como sendo de sua propriedade, mas como arrendamento operacional ou leasing mensal.

Segundo Rebouças (2009, p.52) “A lei foi bem aceita pelas empresas de grande porte e de capital aberto. Os executivos acham que as mudanças foram proveitosas para os stakeholders (todos os públicos envolvidos coma a companhia)”.

Nesse sentido pode-se lembrar que a lei nº 11.638, ao adaptar a contabilidade nacional aos princípios que norteiam o padrão internacional, modifica itens do balanço bastante sensíveis do ponto de vista tributário. Um ponto bastante relevante é o leasing financeiro, sendo que de acordo com a antiga regra, lançava-se a depreciação do bem arrendado junto com a despesa do aluguel somente durante o período em que vigorasse o financiamento. Considerando-se que a depreciação é dedutível do imposto, tal procedimento pode ser interpretado no sentido de que o benefício fiscal ficará diluído por mais tempo.

A adoção da Internacional Financial Reporting Standards (IFRS) entrou em sua reta final neste ano de 2010. Apesar disso, entre as empresas que aparecem no ranking dos 20 maiores lucros do primeiro trimestre deste ano, elaborou pela consultoria economatica, (ta certo saber) apenas quatro divulgaram resultados em IFRS no período: a Gerdau, que ocupou a nova posição, com lucro de R\$ 504, 26 milhões; a empresa de cartões Cielo (ex- Visanet), na 11ª posição (R\$ 440,21 milhões); Telesp, na 14ª (R\$ 410,6 milhões), e Souza Cruz, na 19ª (R\$ 334,7 milhões). No total, conforme dados da comissão de Valores Mobiliários (CVM), 22 companhias divulgaram lucros em IFRS no primeiro trimestre deste ano, um número bastante modesto comparado ao universo de mais de 400 companhias registradas na Bovespa.

O nível de adoção, porém, não preocupa os órgãos reguladores do mercado. Em primeiro lugar porque, conforme comunicado da própria CVM, divulgado em 11 de novembro do ano de 2009, as empresas ficaram dispensadas de fazê-lo só serão obrigadas a divulgar o balanço fechado de 2010 pelo novo padrão contábil. As que decidirem fazê-lo terão de publicar o do período equivalente no ano anterior também em IFRS; e as que optarem por continuar no padrão contábil brasileiro terá, contudo, de elaborá-lo em IFRS a posteriori e

representá-lo para que os resultados possam ser comparados aos anteriores, quando passarem a usar padrão internacional (a partir do balanço completo de 2010).

O baixo nível de adesão voluntária das companhias à elaboração dos balanços trimestrais em IFRS no ano de 2010, também não preocupa porque a convergência exige uma forte mudança de cultura para todos – empresas, contabilistas, auditores e analistas setoriais – o que requer tempo para assimilação. Outro motivo é que o processo no Brasil está sendo menos doloroso que na União Européia, pátria das IFRS.

Aqui não houve resistência, diz Broedel (Contábil, 2009), diretor da CVM. “E ninguém é contra IFRS, como acontece nos Estados Unidos, onde a sua introdução está sendo planejada agora para começar só a partir de 2015”.

Os impactos que as mudanças contábeis terão sobre os resultados das companhias também ainda não preocupam analistas setoriais e consumidores de balanços de modo geral.

Reginaldo Alexandre, presidente da associação dos analistas e profissionais de investimentos do mercado de capitais de São Paulo (APIMEC-SP), afirma que ainda não é possível considerar o efeito das mudanças porque elas só estarão totalmente visíveis a partir dos balanços do exercício completo 2010.

Segundo Peppe (apud REBOUÇAS, 2010, p.33) “Sócio de Auditoria da Ernest & Young, cita na Revista Razão Contábil que os analistas já deveriam estar se preparando para lidar com a nova norma contábil para avaliar performances das companhias.”

Segundo Peppe (apud REBOUÇAS, 2010, p.33) “ênfatisa que é cedo para levar os efeitos das mudanças para a bolsa. A precificação das ações com base nos efeitos das IFRS sobre os resultados financeiros das empresas só poderá ocorrer quando o mercado inteiro estiver adotando o novo padrão, caso contrário se perde a base de comparabilidade.”

Segundo Madeira (apud REBOUÇAS, 2010, p.33), do conselho de administração da Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), concorda. Para ele, o problema de comparabilidade para avaliação de decisões de investimento já existe e só vai se resolver a partir do próximo ano, quando todas as companhias já estiverem usando o mesmo padrão contábil. Neste primeiro trimestre já está instalado o problema de comparação dada as 22 empresas que fizeram suas demonstrações financeiras do período em IFRS. Recomenda que as empresas que já estão adotando as IFRS e as normas do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) façam a conciliação em notas explicativas para melhorar o disclosure.

Grandes investidores, como fundos de pensão, ainda não estão avaliando os efeitos da nova contabilidade para tomar decisões de investimentos.

Segundo Oliveira (apud REBOUÇAS, 2010, p.34), consultor sênior da Consultoria Mercer, como a convergência ainda está no meio do caminho, os fundos não têm informações para avaliar mudanças no desempenho das empresas detectadas pela aplicação da nova prática contábil. Afirma, porém, que os fundos já estão atentos para alguns impactos que as IFRS podem trazer.

No setor de energia elétrica os resultados das companhias vão refletir mudanças sensíveis, devido principalmente à nova contabilização dos contratos de concessão, que serão separados em ativo imobilizado e ativo financeiro, afirma Ribeiro (2010), analista do setor elétrico da SLW corretora.

Segundo Ribeiro (2010, p.35) “as empresa o setor ainda não estão preparadas para mostrar qual será a consequência dessa separação no seu resultado. A Cemig 12^a colocada no ranking dos 20 maiores lucros do primeiro trimestre (R\$ 419,23 milhões) faz parte deste universo.”

No período, seu lucro cresceu 24% em relação ao primeiro trimestre de 2009, fruto principalmente do bom desempenho na área de distribuição e de sua estratégia de crescimento pela aquisição de outras empresas, afirma à analista.

Nas incorporações imobiliárias, o novo padrão contábil muda a forma de reconhecer os efeitos da venda de unidades imobiliárias. De acordo com Wanderley Olivetti, diretor de assuntos técnicos do Instituto de Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), os efeitos da aplicação da nova norma, tratada mais especificamente no ICPS 2, ainda estão em discussão.

Para agilizar o processo de convergência, a CVM colocou em audiência pública minuta

De instrução estabelecendo que as demonstrações contábeis consolidadas a serem apresentadas a partir do exercício de 2010, em IFRS pleno, sejam elaboradas com base nos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

De acordo com Broedel (apud REBOUÇAS, 2010, p.35) em entrevista a Revista Razão contábil, já traduzem 100% das IFRS. Conforme previsto na minuta, o CPC e a CVM se comprometem a manter atualizado esse conjunto de normas. Ainda em defesa da alteração, o diretor da CVM diz que a minuta prevê também uma uniformização na adoção das normas pelas companhias abertas.

Adotando os CPCs, vai haver uniformidade. As empresas vão usar a mesma norma ao mesmo tempo. Quando o International Accounting Standard Board (IASB), órgão normatizador das IFRS, soltar uma norma nova, o CPC e a CVM é que não dizer como e quando ela deve se adotada. Madeira (*apud* REBOLÇAS, 2010, p 35).

Hoje essa uniformidade não existe e o processo diferenciado pelo qual a internacionalização contábil foi introduzida no país contribuiu para isso. Para as demonstrações financeiras individuais das companhias brasileiras o alinhamento às IFRS começou em 2008, com a adoção de pronunciamentos do CPC, criados para atender às exigências da lei de convergência contábil 11.638, aprovada em dezembro de 2007. Para balanços consolidados das companhias abertas começou antes. A CVM facultou a adoção do IFRS a partir de 2007.

Nas instituições financeiras (empresas de capital aberto ou não) a convergência está acompanhando apenas as determinações do Banco Central, que para os balanços individuais não está seguindo integralmente os CPCs, e para os consolidados determinou o exercício 2010 como data inicial de aplicação das IFRS.

Por conta do imenso volume de informações que a aplicação das IFRS vai requerer – muito superior ao que se fazia no Brasil, como, por exemplo, análise de sensibilidade (IFRS 7) e a apresentação de ativos e passivos abertos por segmentos operacionais (IFRS 8) – a CVM está preparando para fiscalizar a mudança. Para empresas (SEP) com foco na supervisão dos balanços. Quem vai comandar a novas gerências SEP, que ao todo deve ter cinco pessoas, é Jorge Luis da Rocha Andrade, que já atuava em outras gerências da mesma superintendência.

Segundo entrevista a Revista Razão Contábil Broedel (*apud* REBOUÇAS, 2010, p.35) enfatiza a necessidade de fiscalização no passado não era tão grande como agora, uma vez que o mercado era menos desenvolvido e as companhias se preocupavam menos em atrair os investidores.

Além disso, afirma o diretor, no padrão contábil anterior as empresas tinham menos interesse em fazer manobras para aumentar o lucro porque implicava impacto fiscal. Agora, com a separação definitiva entre o balanço societário e aquele apresentado para a receita federal, isso deixou de ser verdade.

A CVM vai criar uma rotina operacional para a fiscalização. Antes de definir com será feito, Broedel (2010) diz que pretende visitar órgãos reguladores de outros países – entre eles a Securities and Exchange Commission (SEC), dos Estados Unidos – para verificar como são estruturadas as equipes, se a análise se concentra em determinado setor, se há grupos de risco, se existe um rodízio entre as empresas fiscalizadas.

Com a adoção das IFRS, os bancos poderão ocupar posições ainda mais elevadas que as atuais nos rankings de desempenho das empresas brasileiras. É o que afirmam especialistas como Flávio Peppe, sócio de auditoria da Ernst & Young. No primeiro trimestre deste ano, o setor financeiro foi destaque no ranking dos 20 maiores lucros organizado pela empresa de consultoria Economatica: seis instituições entraram para o ranking; segundo maior lucro do período foi o do Itaú Unibanco, com R\$ 3,23 bilhões, abaixo de Petrobras (R\$ 7,72 bilhões) e acima de Vale (R\$ 2,87 bilhões).

Entre as normas que vão impactar positivamente os resultados dos bancos, Peppe (2010) em entrevista a Revista Razão Contábil, cita como exemplo a contabilização da provisão para crédito de liquidação duvidosa. Em IFRS, essa norma é menos conservadora e aumenta o patrimônio e lucro dos bancos independentemente de ganhos com a mudança do padrão contábil, porém, o bom desempenho de instituições financeiras neste ano parece garantido.

Segundo Galdi (apud REBOUÇAS, 2010, p.36) analista-chefe da SLW corretora, afirma que “as projeções são de forte crescimento econômico e favorecem o setor financeiro. O PIB deve crescer numa faixa de 4,5% a 5% nos próximos cinco anos.” É um cenário fabuloso.

As empresas vão investir pesados por conta do aumento do consumo interno e também devido à realização da copa do mundo em 2014 e das olimpíadas em 2016. Para isso vão precisar de muito crédito, afirma. Por isso, é esperado forte crescimento no segmento de crédito, sobretudo nos setores de financiamentos imobiliários e de veículos, numa média de 10% a 14%, conforme Galdi.

Esse bom desempenho já está refletido nos balanços do primeiro trimestre, quando os lucros apresentaram elevação sensível em relação ao mesmo período de 2009. O lucro do Santander cresceu 119%, o Itaú Unibanco, 60%, e o do Banco do Brasil, 41%. Em média os resultados dos bancos do período analisado cresceram de 8% a 10%.

O cenário promissor também atinge o segmento de cartões, já beneficiados pela crescente substituição do uso do papel moeda. A credenciadora de cartões Cielo (ex- Visanet)

ficou em 11^a lugar no ranking de lucros da economatica, com lucro líquido de R\$ 440,21 milhões no primeiro trimestre, o que representa uma alta de 32,12% em relação ao mesmo período de 2009. Já a Redecard, maior credenciadora de estabelecimento comerciais para os cartões da bandeira MasterCard, ficou em 18º lugar no ranking, com lucro líquido de R\$ 352,58 milhões no primeiro trimestre, o que representa um crescimento de 11,2% quando comparado ao mesmo período de 2009.

O Banco Central determinou a adoção das IFRS plenas, a partir do exercício de 2010, para as demonstrações contábeis consolidadas de instituições financeiras de capital aberto, instituições que tenham comitê de auditoria instituído devido ao volume de recursos de terceiros administrativos líderes de conglomerados financeiros com subsidiárias que sejam companhias de capital aberto ou equiparadas a companhias de capital aberto. Para os balanços individuais, no entanto, não encampou a maioria dos pronunciamentos contábeis (CPC) a partir dos quais está sendo feita a convergência da contabilidade brasileira ao IFRS. De todos os CPC já emitidos, o BC só adotou quatro: O CPC 1 (redução ao valor recuperável de ativos – impairment), CPC 3 (fluxo de caixa), CPC 25 (provisões e convergências).

Essa situação criou uma diferença de timing entre a convergência adotada para os bancos e para demais empresas. Como o BC tem poder de normatização e regulação do setor financeiro, que lhe foi confiado pela lei 4.595 do sistema financeiro nacional, mesmo bancos de capital aberto devem seguir as orientações do BC, e não da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão regulador das companhias abertas.

Como o Banco Central está usando um processo diferente para a convergência, o IBRACON divulgou comunicado para facilitar o trabalho dos auditores. De acordo com o comunicado, durante o período em que não tenham sido aprovados pelo CMN e pelo BC os CPC e as interpretações técnicas (ICPC) em vigor, os relatórios emitidos pelos auditores independentes podem usar a expressão práticas contábeis adotadas no Brasil.

A publicação de balanços com base nas International Finance Reporting Standards (IFRS) é mais do que uma obrigação legal a partir do final deste ano; é uma boa prática que os profissionais de relações com investidores de algumas empresas já vêm adotando mesmo antes da lei – grupo que, neste ano, passou a contar com a adesão de novos integrantes. Segundo dados da comissão de valores mobiliários (CVM), cerca de 20 companhias negociadas na Bovespa divulgaram demonstrações financeiras em IFRS no primeiro trimestre deste ano.

A decisão de antecipar-se à lei tem custos – afinal, as regras são muito diferentes das que valiam até antes delas. Mas tem também vantagens, como a redução do custo de capital, seja ante investidores – nacionais ou estrangeiros – seja junto a bancos. O assunto é um dos temas debatidos no 12º encontro nacional de relações com investidores e mercado de capitais, promovido pelo Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI) e pela associação brasileira as companhias abertas (ABRASCA), nos dias 14 e 15 deste mês, em São Paulo. Um dos participantes do painel Implantação do IFRS no Brasil, Impacto no valuation, principais mudanças que os analistas vão observar e comparativos entre demonstrações no Brasil, Europa e Estados Unidos é o BNDES.

O banco vem acompanhado de perto a implantação das IFRS nas empresas nas quais detém participação societária e, embora e ainda não tenha criado um programa especial de crédito para aquelas que já divulgam seus balanços no padrão internacional, adianta que as taxas naturalmente deverão ser menores.

O BNDES pretende incentivar todas as empresas brasileiras que o procurarem a utilizar as IFRS. Segundo Borgerth (2010), chefe do departamento de relações com investidores (RI) e contadora-chefa do BNDES, o banco vai incentivar até as pequenas e médias empresas a apresentar suas demonstrações em IFRS. A partir de 2011, o banco passará a exigir demonstrações financeiras no novo padrão contábil de todas as empresas obrigadas por lei a usar as IFRS, como companhias abertas e as empresas de grande porte. Para as demais empresas, porém, não haverá a mesma exigência nem barreiras para a concessão de crédito – apenas o incentivo, afirma.

Para Borgerth (2010), “em entrevista a Razão Contábil o padrão contábil internacional aumenta a transparência, o que reduz a incerteza e conseqüentemente o risco que é parte do custo do crédito.”

De maneira geral, as demonstrações financeiras em IFRS vão reduzir o custo de capital das empresas tanto no mercado brasileiro quanto no internacional. A aplicação das IFRS também terá impacto profundo na precificação e no valor de mercado das companhias. Ao contrário do que acontece no padrão contábil brasileiro, conhecido como BR Gaap (Princípios contábeis geralmente aceitos), os analistas estrangeiros já conhecem as IFRS e, portanto, conseguem avaliar e precificar a empresa de maneira mais adequada e com menor custo.

Durante entrevista a Razão Contábil Ploger (2010), vice-presidente da ABRASCA e coordenador de relações institucionais do comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), todas

as empresas terão seu valor de mercado afetado pela aplicação do padrão contábil internacional. Mas ele diz que o impacto no valor das ações em bolsa ainda é difícil de prever. “Vai depender da capacidade dos analistas de saber o que está por trás das mudanças das empresas, de como vão interpretá-las. Existem muitas possibilidades. Um ativo pode aumentar muito, mas o lucro pode cair. Só no próximo ano poderemos avaliar”. (REBOUÇAS, 2010. p.24).

Alterações ocorridas nos resultados IFRS. Segundo análise feita pela Ernst & Young, no período seu prejuízo de R\$ 5,8 milhões transformou-se em lucro de R\$ 1,26 bilhões, com a aplicação da nova prática contábil. “Foi uma mudança impressionante, de acordo com Paulo Surcliffe, a Razão Contábil em 2010, Sócio de auditoria da Ernst & Young, que participou do processo de transição para as IFRS na Europa”. (REBOUÇAS, 2010, p.24).

A maioria das ações de empresas que já divulgam demonstrações financeiras em IFRS superou o Ibovespa, principal índice de preços da bolsa de valores brasileira, em doze meses até março de 2010.

De acordo com estudo feito pela consultoria econômica com 18 empresas com balanços em IFRS, onze tiveram valorização bem acima do Ibovespa (71,95%) no período. Quatro delas, inclusive, subiram mais que o dobro do Ibovespa. A campeã foi a GOL, com valorização de 246,21%, seguida pela varejista de roupas Lojas Renner, com 190,34%. O impacto das IFRS só poderá ser avaliado em 2011, sendo diferenciado por setor. Na avaliação dela, o maior deverá ser nas empresas de energia.

No setor imobiliário, por exemplo, as IFRS só contabilizam o efeito da venda no ato da entrega das chaves, enquanto no BR GAAP a contabilidade da despesa e receita é feita de acordo com o andamento da obra. “A mudança significa que durante um ano ou mais as empresas não faturariam nada, o que com certeza seria grande problema, diz Ploger (apud REBOUÇAS, 2010. p.26).

No caso de concessão, o problema é que não existe sequer um conceito único para ela. A concessão de energia elétrica é uma coisa, de autoestradas é outra e de água e esgotos é diferente. Além disso, ele diz que nas IFRS a contabilização de concessão deve estimar sua renovação ou não, e isso no Brasil é praticamente impossível dado o caráter político que elas têm.

Já em 2011, o diretor da consultoria adianta que as empresas precisarão se preparar para o e-lalur (Livro de Apuração de Lucro Real). As informações sobre a apuração tanto do IRPJ quanto da contribuição social sobre o lucro (CSLL) passam a ser reportadas no ambiente

digital da receita federal, integrada com o ECD, com dados retroativos a 2010. Para evitar atropelos de última hora, que são sempre mais críticos.

2.2 LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA E SUAS PRÁTICAS

O Brasil a exemplo de outros países está contido em vários ambientes que se interligam a convergência das às normas internacionais de contabilidade do IASB. Por fazer parte de uma conjuntura conhecido por legalístico, tendo a carência de regulação legislativa para impor mudanças nas práticas contábeis.

A Legislação Societária Brasileira iniciou sua origem regularizada pelo código comercial de 1850 (RIBEIRO, 2010, p.20) que, em especial às sociedades anônimas do Brasil disponibilizadas, em:

- Art. 295: As sociedades anônimas, respaldadas pelo objeto ao qual se destinam, sem firma social, e administrada por mandatários revogáveis, sócios, ou não sócios, só podem se estabelecer-se por tempo determinado, e com autorização do governo, pendente da aprovação do corpo legislativo com o propósito de conseguir algum privilegio e devem provar por escritura publica, ou pelos seus estatutos , e pelo ato do poder que as houver autorizado.

Em meados da década de 1970 (época do surgimento da FASB), determinado legal conduzia com a necessidade dos investidores e usuários daquele tempo. Então surgiu em 15 de dezembro de 1976, a lei n.º 6.404/76, (RIBEIRO, 2010. p.21) conhecida pela lei das sociedades por ações, que teve como base, para a sua elaboração o Model Business Corporation Act – MBCA (Modelo Federal de Legislação Societária dos EUA), regulamentado às práticas contábeis no Brasil. As principais diferenças entre o decreto-lei nº 2.627/40 e a lei das S/A. s, é que esta sistematiza as técnicas e práticas contábeis.

O propósito, confessadamente repetido pelos autores do Projeto de reforma, como das próprias autoridades governamentais foi o de criar a escritura da grande empresa brasileira. Acusa-se por isso o sistema da lei atual de ter relegado a segundo plano a pequena e a média empresa constituída como sociedade anônima, fechada e personalista, e que representam a massa de sociedades mercantis hoje existentes no Brasil.(REQUIÃO. 1988, p. 14).

No Brasil, para que se pudesse trabalhar com a convergência das normas fez-se necessário a edição e emissão de uma Lei devidamente chancelada pelo Congresso Nacional brasileiro a fim de iniciar o processo de convergência. Tal iniciativa foi tomada com o Projeto de Lei nº 3.741 de 2000, que previu as mudanças nas normas contábeis. Em 28 de dezembro de 2007, o Congresso aprovou o Projeto de Lei nº 3.741/00, mais tarde promulgado como a Lei 11.638/07, modificando dispositivos da Lei 6.404/76, no que tange a procedimentos contábeis. O objetivo foi, claramente, o de encaminhar o Brasil para a convergência das Normas Internacionais de Contabilidade. O grande problema foi à lentidão do processo burocrático brasileiro.

De uso obrigatório para empresas de capital aberto na Europa desde 2005, o IFRS será também o padrão contábil oficial para as companhias brasileiras a partir de 2010. Mas, ao que tudo indica a missão aqui no Brasil é o maior do que a abraçada pelos contadores e reguladores da maioria dos outros cem países que já utilizam o IFRS. Nem poderia ser diferente: balanço consolidado é uma criação anglo-saxônica, não tem validade jurídica alguma no Brasil.

Além das diferenças entre os dois padrões, há ainda outro complicador. A lei 11.638, que reforma a parte contábil da lei das sociedades por ações, veio acelerar a convergência – processo que, diga-se de passagem, estava em andamento já alguns anos. A CVM e entidades do mercado têm reunido esforços para transformar em regras as mudanças ali apresentadas. Mas, do modo como está redigida, a lei – e sua conseqüente regulamentação – vai de encontro a algumas normas estabelecidas pelo IFRS.

Para o especialista, a adequação das empresas brasileiras caminha a passos ainda muito lentos. Só uma única companhia brasileira – a Gerdau - divulgou suas informações de 2007 no formato do IFRS. Em 2008, se estima que não sejam mais do que três empresas a aderir ao padrão – A Romi já publicou na Revista Razão Contábil em 2008 o balanço do primeiro semestre nessa linguagem e a Cesp se comprometeu a usá-la no balanço consolidado relativo ao ano de 2008.

O descompasso entre a lei 11.638 e o IFRS aparece em alguns temas importantes, como o tratamento dado ao ágio e a ativos intangíveis. Nesse último ponto, a diferença obrigou a CVM a submeter duas vezes a minuta sobre o assunto à audiência pública: primeiro em abril e depois em agosto últimos. Bezerra, da CVM, informa que a mudança não foi substancial.

Há ainda outras dificuldades na implantação da própria lei 11.638. Tudo o que foi regulamentado deve ser aplicado pelas companhias a partir de 2008 – entretanto, é necessário fazer com que o novo formato das informações possa ser comparado os dados de anos anteriores. A maioria dos especialistas defende e que nem todos os pontos precisam sofrer ajustes, como no caso de perspectiva futura de rentabilidade.

Ao revisá-la, a empresa teria mais informações do que tinha um ano antes, o que implicaria mudanças significativas de valor. Outros pontos, como histórico de ágios, aquisição, fusão ou incorporação, entretanto, ainda estão em debate. A situação também muda conforme o porte da companhia. Quanto maior a complexidade do negócio mais pontos teriam de retroagir.

Outro aspecto a considerar é que até agora não há uma tradução oficial do IFRS no Brasil. Papellás (apud DUARTE, 2008, p.43), do Ibracon, acredita que o livro brasileiro estará pronto apenas em março. O ponto de partida será a versão de Portugal, mas tradutores especializados foram contratados para fazer as adaptações necessárias. Depois, o texto precisará passar por uma revisão, supervisionado pelo IASB. O original em inglês tem mais de 5 mil páginas.

Dificuldades à parte é preciso reconhecer que a agilidade e empenho da CVM e do CPC já produziram muitos frutos. Em agosto, foi editada e deliberação sobre fluxo de caixa, somando-se a outros temas já referendados pela CVM, como demonstrações de valor adicionado (DVA) e redução ao valor recuperável de ativos. Até meados de setembro, três audiências públicas estavam abertas, tratando de ativos intangíveis, operações de arrendamento mercantil e subvenções e assistências governamentais.

Depois de avançar sobre esses temas, é hora da elaboração de uma espécie de balanço dos pronunciamentos. CPC e CVM comprometeram-se promover discussões para ajustar pontos específicos sobre os avanços da regulamentação. A programação de pronunciamentos do CPC, que serão referendados pela CVM, continua fiel ao cronograma inicial. Na sua avaliação, praticamente todos os itens a serem publicados em 2008 estão com as minutas que tratam de fusões, incorporações e cisões e de instrumentos financeiros. Com a primeira de três etapas concluídas, os trabalhos seguem para vencer a contagem regressiva. O ano de 2010 prazos finais para o Brasil estar em linha como o IFRS – está cada vez mais perto.

As alterações ocorridas na Lei das S/A (RIBEIRO, 2010, p.24), em função das duas últimas atualizações retrocitadas, são de suma importância para as empresas e entidades que a elas são submetidas, uma vez que a nova legislação societária entrou em consonância com as

normas internacionais de contabilidade, o que significa dizer que novos procedimentos contábeis haverão de ser adotados por parte dessas organizações para a elaboração e divulgação de suas informações econômico-financeiras.

Tais critérios novos podem ocasionar aumento ou redução no valor de suas contas e, de conseguinte, na percepção que seus investidores possuem sobre elas. A reforma da lei nº6.404/76, teve forte influência da lei nº. 11.638/07 e nº. 11.904/09. A necessidade de mudança foi de forma instintiva para a adaptação de sua atuação no âmbito contábil que por sua vez conseguiu a convergência de ajustes para melhorar ainda mais o entendimento da suposta lei nº6.404/76, tendo em vista que é suma importância de forma preponderante para o mérito contábil.

Deve-se ainda salientar que a mudança em uma lei deve-se a seu desenvolvimento para atender o meio pelo qual haja uma forte influência de melhoramento de sua atuação nas tomadas de decisões, que busca adaptar-se ao desenvolvimento de atualizações no processo de validar ainda mais o referido assunto vigente. Pode-se afirmar que até 1976, com a criação da lei nº. 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, a denominada “lei das sociedades por ações”, tendo em vista a elaboração das demonstrações contábeis das empresas, era regida pelo decreto lei nº.2.627, de 26 de setembro de 1.940. A lei das S/A, o advento da lei nº. 6.404/76, à época e até final de 2007, foi considerado um grande marco na elaboração das demonstrações contábeis e na forma de análise dos elementos do patrimônio contábil. No final de 2007, foi promulgada a lei nº. 11.638, que altera e revoga a lei de sociedades por ações (lei nº. 6.404/76). Depois de sua aprovação foi validada através de seus meios legais a partir do exercício social da data de 01 de janeiro de 2008. Tendo em vista que a lei nº.11.921 de 27 de maio de 2009 (antiga medida provisória nº.449), alterando a legislação tributária federal fazendo jus ao parcelamento ordinário de débito tributário, ofertou remissão aos casos que especificava, instituiu o regime tributário de transição (RTT), assim como a lei nº.6.404/76.

2.3 AS ALTERAÇÕES ADVINDAS COM AS LEIS 11.638/07 E 11.941/09

As alterações ocorridas na lei nº 11.638/07(RIBEIRO, 2010, p.22), que modifica o dispositivo da lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, entendendo que às sociedades de grande porte as disposições relativas à elaboração da divulgação das demonstrações financeiras.

Depois de sete anos de tramitação na câmara dos deputados e modificação no texto original, o projeto de lei (PL) nº374/00, foi finalmente aprovado na comissão de assuntos econômicos (CAE), no plenário do senado federal e sancionado pelo presidente da república em 28 de dezembro de 2007. Tornado-se a lei nº 11.638/07, que modifica a lei nº 6.404/76.

A partir dessa data as empresas consideradas de grande porte são as sociedades sobre o controle comum que tiverem o ativo total superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta superior a R\$ 300 milhões. Diante da nova lei nº 11.638/07, as sociedades de grande porte, ainda que constituída sobre a forma de sociedades anônimas de capital aberta, deverão seguir as disposições da lei nº 6.404/76, que está sendo alterada pela referida lei que tange à escrituração e elaboração das demonstrações financeiras e à obrigatoriedade de auditoria independente. Pode-se salientar que as SAs fechadas, que não optarem por observar as normas sobre as demonstrações financeiras expedida pela CVM, somente serão impactadas pelas normas emitidas pelo CPC e se estas forem aprovadas pelo CFC.

A lei nº 11.638 (REBOUÇAS, 2009, p.52) “delegou a órgãos reguladores como conselho regulador como Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Comissão de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Banco Central a tarefa de criar e aprovar as normas brasileiras correspondentes ao IFRS.” Assim nasceram os pronunciamentos contábeis CPCs, que são a versão nacional das International Accounting Standard (IAS) que constituem o padrão internacional IFRS.

A adoção da lei de convergência é obrigatória para as empresa de grande porte (com faturamento anual a partir de 300 milhões) e para companhia abertas, a partir do exercício de 2008. Já a implantação do IFRS puro só é obrigatória para as companhias de capital aberto, conforme determinação da CVM, e passa a valer a partir de 2010. A adoção dos CPCs, porém, é obrigatória para todas as companhias brasileiras, incluindo entidades sem fins lucrativos, já que o CFC decidiu adotar o pronunciamento como norma para toda a contabilidade brasileira.

Até o final de 2008 foram emitidos 14 CPCs, que tratam de convergência de aproximadamente metade das regras do padrão contábil brasileiro para o IFRS. A expectativa é de que, no final deste ano, o Brasil esteja totalmente alinhado ao princípio contábil internacional.

Segundo Rebouças (2009, p.52) “Esta norma diz, entre outras coisas, que uma subsidiária no exterior deve ser tratada como filial e seus ativos devem ser incorporados pela controladora. Isso é diferente do IFRS, que foca no balanço consolidado e não na controladora”.

Para neutralizar os impactos tributários da adoção dos novos critérios contábeis foi criado o Regime Tributário de Transição (RTT), convertido na Lei 11.941/09, em 27 de maio último, que vai vigorar até a Receita Federal regulamentar os reflexos tributários da lei nº 11.638 e das novas normas contábeis. Para obter o benefício, a companhia precisa fazer a opção pelo RTT na declaração de Informações Econômico-Fiscais da pessoa jurídica (DIPJ 2009) pelas empresas tributadas pelo lucro presumido, arbitrado ou ambos.

Todas as empresas que se enquadrem dentro da lei nº 11.638/07 (REBOUÇAS, 2009), devem optar pela adequação ao IFRS o quanto antes. Pois além da comodidade em fazer a migração de forma objetiva e com prazos suaves, há um conjunto de vantagens nesta adequação. O ganho com transparência é um dos pontos na adequação ao IFRS, que é seguido também pelo custo de oportunidade garantido pela maior facilidade no processo de fusão ou aquisição.

O padrão contábil internacional pode aumentar o imposto de renda a pagar para algumas empresas, que ficam livres deste acerto se optar pelo RTT – mesmo assim, é preciso registrar o aumento do Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur).

Fica relativo à depreciação do ativo fora do permitido pela legislação fiscal. A lei nº 11.638 diz que o percentual de depreciação tem de ser estabelecido pela empresa dentro da realidade do ativo. Antes o percentual de depreciação era arbitrado pelo fisco. Com o RTT, os efeitos dessa mudança sobre o imposto a pagar também podem ser estornados, e o ajuste demonstrado no Lalur.

Segundo Rebouças (2009, p.53) “No RTT o valor fica estornado, mas tem de constar no Lalur”.

No tocante, a lei nº. 11.941/09, Oliveira (apud REBOUÇAS, 2009, p.52), alterou alguns dispositivos da legislação tributária e societária, foi instituída na medida provisória n.º 449/08. O regime tributário de transição (RTT), para fins de apuração do imposto de renda de

pessoa jurídica (IRPJ), da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSSL), bem como das contribuições para o PIS e COFINS. Nas alterações da lei nº 11.941/09, manteve a maior parte dos dispositivos originalmente previstos na MP 449/08. Pode-se ainda destacar que na nova alteração estabeleceu que no caso pela apuração do lucro real trimestral dos trimestres já transcorridos do ano calendário de 2008, a eventual diferença positiva entre o valor do imposto devido com base na opção do regime tributário de transição (RTT) e o valor antes apurado poderá ser compensada com outros tributos federais, conforme legislação vigente. Conforme já citado o regime tributário de transição (RTT), visa neutralizar os efeitos das alterações contábeis introduzidas pela lei nº. 11.638/07, as quais poderiam acarretar alguns efeitos tributários adversos.

A lei nº. 11.941/09, Oliveira (2009), esclareceu que as alterações nas leis das S/A que modifiquem os critérios de reconhecimentos das receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao regime tributário de transição, tendo com base de cálculo da contribuição social sobre lucro líquido (CSSL) e do PIS/COFINS, devendo seguir o regime considerado os métodos tributários e contábeis vigente até 31 de dezembro de 2007.

Deve-se lembrar que a lei nº. 11.941/09, introduziu um dispositivo segundo o qual os procedimentos contábeis vinculadas à vigência dos incentivos previstos no Artg. 38 do decreto-lei nº 1.598/77. Além disso, a lei nº. 11.941/09 estabeleceu que se, no período base em que ocorrer a exclusão no livro de apuração do lucro real (LALUR), para fins de apuração do lucro real, no valor de doações e subversões reconhecidas no exercício, à pessoa jurídica apurasse prejuízo contábil, mediante as doações e subvenções, e neste caso não pode ser constituída como parcela de lucro a ser destinada a conta de reserva de lucros, esta deverá ocorrer nos exercícios subseqüentes.

No tocante, a lei nº. 11.941/09, Oliveira (2009), determinou caso a pessoa jurídica dê uma destinação diversa a parcela de lucros que deveria ser destinados a conta de reserva de lucros nos exercícios subseqüentes.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

O estudo vigente tem a finalidade de demonstrar a capacidade de conhecimento dos profissionais e estudantes de contabilidade no aprimoramento dos estudos sobre as IFRS, na região metropolitana de Natal, tendo a pesquisa de caráter exploratória, tendo em vista a abordagem indutiva proporcionando e induzindo o conhecimento mediante a aplicação de questionário de forma direta com perguntas direcionadas com a realidade contábil.

Para atingir o objetivo, o método científico de acordo com Beuren (2006, p.30) “é um traço característico da ciência aplicada, explica que ele conduz a uma reflexão crítica e consistente [...]”. Como método científico de pesquisa se classifica como bibliográfica, descritiva, seguida de um estudo de campo.

Pesquisa bibliográfica pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental [...] Cervo; Bervian (apud BEUREN, 2006, p.86)“. Analisa diversas informações, para que se tenham fontes de qualidades e conhecimentos sobre o assunto do trabalho que está sendo desenvolvido.

A pesquisa descritiva, de acordo com tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Gil (apud BEUREN, 2006, p.81).

Esse tipo de pesquisa é notório pela descoberta de teorias e práticas que modificarão as existentes, a obtenção de alternativas ao conhecimento científico convalidado e, principalmente, inovações tecnológicas.

O principal objetivo é a obtenção de unificação da linguagem contábil que visa facilitar de forma coerente o desenvolvimento de novos princípios para substituírem os atuais.

Segundo Jung (2004, p.152) “A pesquisa exploratória visa a descoberta, o achado, a elucidação de fenômenos ou a explicação daqueles que não era aceitos apesar de evidente.”

A pesquisa de melhoramento das práticas contábeis há uma grande relevância quando existem indícios concretos que busquem na maior parte de seus estudos aumentar ainda mais o desenvolvimento de dados convincentes como elo de avaliar ainda mais o mérito de ter a maior agregação de valores das tomadas de decisões.

Segundo Jung (2004, p.152) “A exploração representa, atualmente, um importante diferencial competitivo em termos concorrenciais. A pesquisa tecnológica exploratória oportuniza a obtenção de patentes nacionais e internacionais, a geração de riquezas e a redução da dependência tecnológica.”

O aprimoramento de idéias em base de desenvolvimento com o intuito de proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito e envolvendo a pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo da pesquisa em relação aos profissionais, de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, posição em 31/10/2010, o Estado do Rio Grande do Norte possui 5.809 profissionais cadastrados e habilitados, sendo 3.490 na categoria de contador e 1.419 técnico em contabilidade.

Em relação aos estudantes e profissionais de contabilidade sendo o universo da pesquisa foi os alunos matriculados no 4º ano do curso de ciências contábeis e profissionais de contabilidade da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, posição em 30/11/2011.

Existe uma amostra de 50 pessoas, sendo 43 discentes de ciências contábeis matriculados na Farn e 7 profissionais liberais da mesma instituição. Tendo a necessidade de aplicar uma média de 40 questionários, tendo em vista um percentual de erro para tal pesquisa.

Há uma predominância do sujeito da pesquisa através de questionário para analisar o índice de conhecimento das respostas advindas dos estudantes e profissionais que estão buscando preparo na adaptação para IFRS e compor ainda uma melhor maneira de conter ainda toda forma de melhorar ainda mais a determinada pesquisa de forma geral.

O universo é tentar através de indícios gerais demonstrarem em âmbito global a mudança das IFRS como unificação da linguagem contábil tendo em vista a responsabilidade de uso de forma legal de avanço na contabilidade. A amostra é uma parte restrita do universo tendo a necessidade de aplicação de questionário como um elo de conhecimento direcionado para as pessoas que estão sendo entrevistados.

Como explicação para tal aplicação do questionário é válido que seja avaliado as respostas dadas pelos estudantes e profissionais com objetivos central de avaliar de forma quantitativa e qualitativa mediante o conhecimento geral dos dados colhidos.

Há uma grande preocupação de ter os resultados de forma mutua e vaga na omissão de respostas tendo em vista uma deficiência na amostra, no tocante ao resultado esperado. A amostra visa obter um determinado elemento de forma plausível como um ideal de avaliar o mecanismo parcial as respostas do referido questionário que busca o direcionamento legal de forma restrita aos meios legais.

3.3 COLETA DE DADOS

Coleta direta através de questionário que visa através de perguntas aos entrevistados sobre a realidade dos dados abordados. Tendo à ciência social aplicada como ligação de mudanças nos meios legais de impor o ideal de demonstrar através de coletas de dados uma relevância do assunto sobre as IFRS, como uma nova tendência geral aplicada e direcionada a região metropolitana de Natal, tendo o foco principal a abordagem a estudantes e profissionais de contabilidade de ciências contábeis.

Dessa forma deve-se ter o uso do bom senso quando existir o procedimento de análise no tocante, as informações de forma avaliativa sobre o número real de perguntas de maior relevância.

As mensurações de coleta de dados são de suma importância na medida em que há uma predominância no resultado encontrado em concordância com as respostas auferidas em sua maior proporção.

Em resumo, existe um objetivo legal que é demonstrar o nível geral de conhecimento por parte dos entrevistados, mediante suas respectivas respostas do tema abordado em questionário em anexo.

No estudo, o questionário foi aplicado pessoalmente, no período de 20 a 25 novembro de 2011.

3.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Após a aplicação dos questionários os foram tratados através da estatística descritiva, valendo-se do auxílio do *Microsoft Excel*, instrumento adequado para a realização dos resultados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

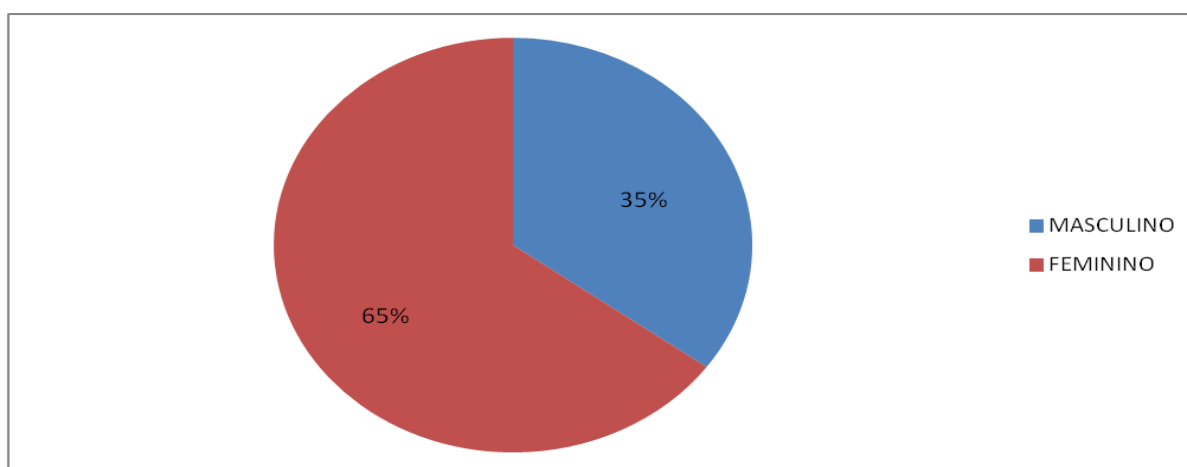
A aplicação dos questionários foi realizada no período de 20/11/2011 a 25/11/2011, com os discentes do 4º ano de ciências contábeis e profissionais liberais do mesmo segmento. Os resultados coletados resultaram em números reais nas tabelas e gráficos em anexo abaixo:

TABELA 01 – SEXO DOS ENTREVISTADOS

SEXO	Nº DE ENTREVISTADOS	%
MASCULINO	14	35%
FEMININO	26	65%
TOTAL	40	100%

FONTE: Pesquisa de campo – novembro/2011.

GRÁFICO 01 – SEXO DOS ENTREVISTADOS



FONTE: Pesquisa de campo – novembro/2011.

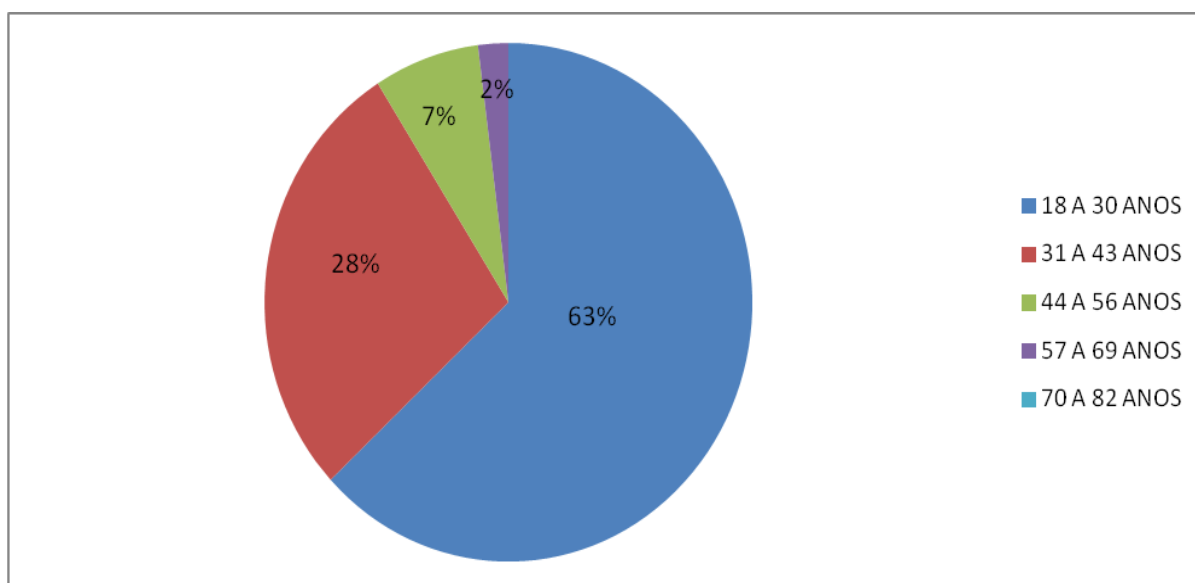
Percebe-se na análise do gráfico acima que a maior parte do percentual de 65% são do sexo feminino e 35% são do sexo masculino. Entende-se que a relevância do sexo feminino está bem significativa na participação direta de resposta ao questionário.

TABELA 02 – IDADE DOS ENTREVISTADOS

OPÇÕES	Nº DE ENTREVISTADOS	%
18 A 30 ANOS	25	63%
31 A 43 ANOS	11	28%
44 A 56 ANOS	3	7%
57 A 69 ANOS	1	2%
70 A 82 ANOS	0	0%
TOTAL	40	100%

FONTE: Pesquisa de campo – novembro/2011.

GRÁFICO 02 – IDADE DOS ENTREVISTADOS



FONTE: Pesquisa de campo – novembro/2011.

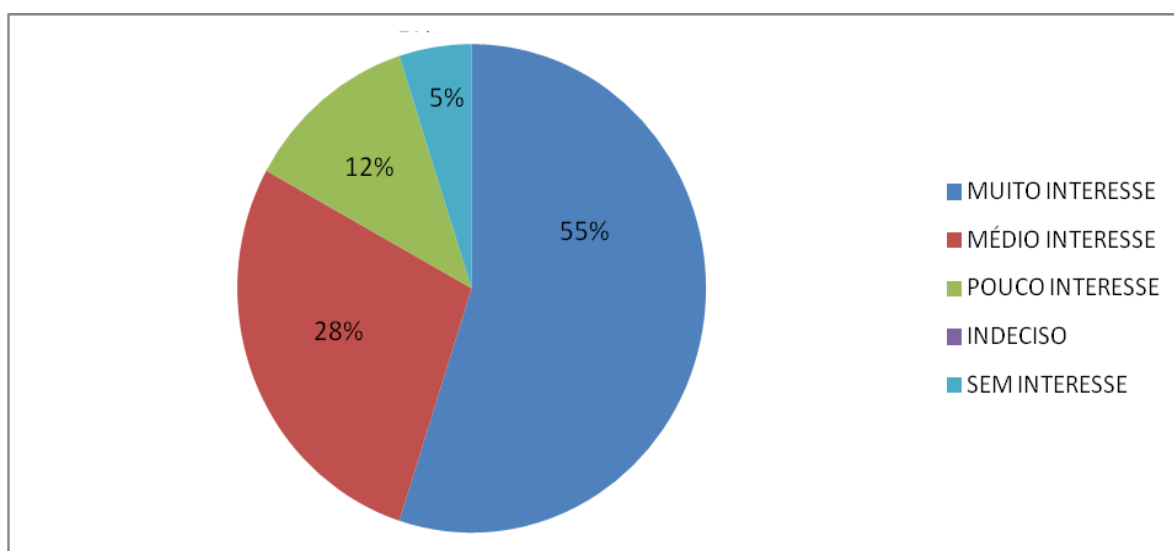
Percebe-se que em análise o gráfico acima o maior percentual bem significativo de 63% são entrevistados com idades entre 18 a 31 anos, tendo o percentual de 28% entre 31 a 43 anos e 7% com idade de 44 a 56 anos com um pequeno percentual de 2% com idade de 57 a 69 anos. Notou-se uma grande participação direta dos jovens nas resposta ao questionário sobre as IFRS.

TABELA 03 – QUAL O SEU INTERESSE DE ESTUDAR SOBRE AS IFRS?

OPÇÕES	Nº DE ENTREVISTADOS	%
MUITO INTERESSE	22	55%
MÉDIO INTERESSE	11	28%
POUCO INTERESSE	5	12%
INDECISO	0	0%
SEM INTERESSE	2	5%
TOTAL	40	100%

FONTE: Pesquisa de campo – novembro/2011.

GRÁFICO 03 - QUAL O SEU INTERESSE DE ESTUDAR SOBRE AS IFRS?



FONTE: Pesquisa de campo – novembro/2011.

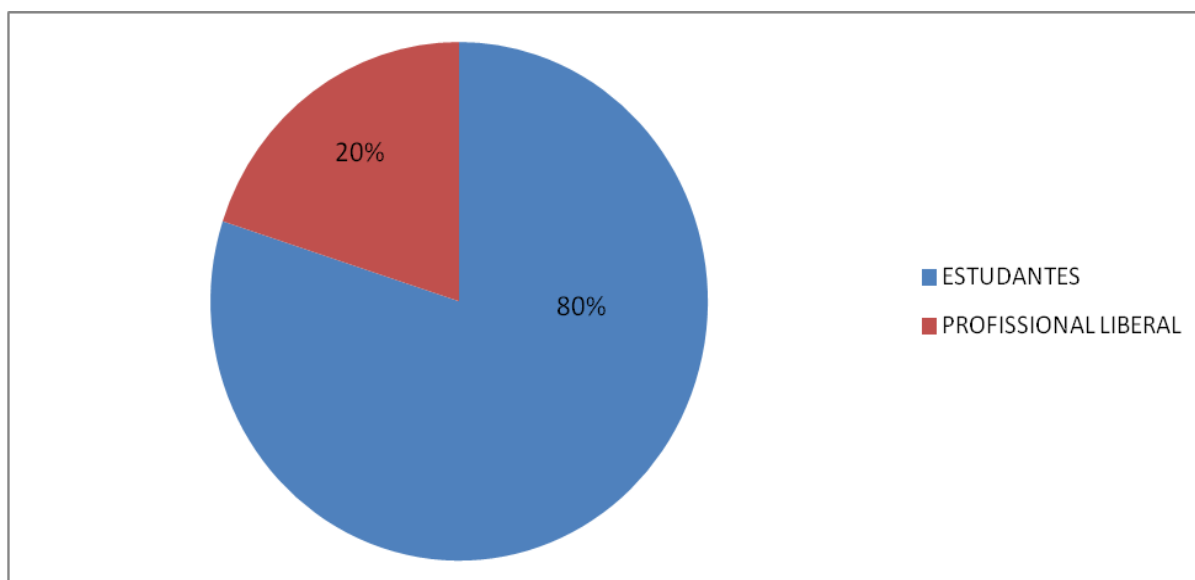
Percebe-se em análise do gráfico acima, que um grande percentual de 55% demonstra forte interesse em estudar as IFRS, tendo um médio percentual de 28% interesse para referido assunto e pouco interesse com percentual de 12% e um pequeno percentual de 5% não tem interesse algum pelo referido assunto. Observou-se uma grande tendência de interesse em estudar as IFRS, por ser um assunto novo e de suma importância para a contabilidade a nível mundial.

TABELA 04 – ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS ENTREVISTADOS

OPÇÕES	Nº DE ENTREVISTADOS	%
ESTUDANTES	32	80%
PROFISSIONAL LIBERAL	8	20%
TOTAL	40	100%

FONTE: Pesquisa de campo – novembro/2011.

GRÁFICO 04 – ATUAÇÃO PROFISSIONAL



FONTE: Pesquisa de campo – novembro/2011.

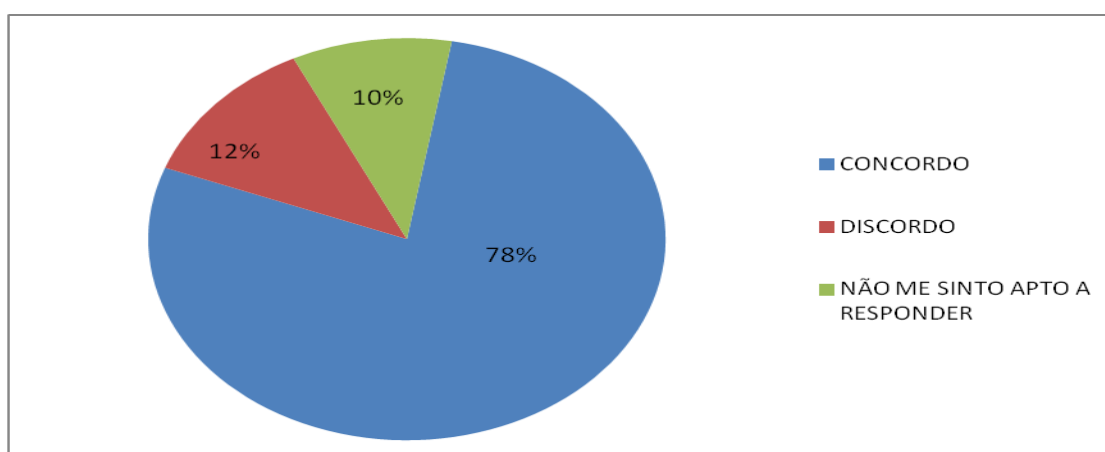
Percebe-se em análise do gráfico acima que o grande percentual de 80% dos entrevistados são estudantes de contabilidade e 20% são profissionais liberais. Notou-se que a maior parte dos entrevistados são estudantes de ciências contábeis na participação de respostas ao questionário.

TABELA 05 – AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SÃO PREPARADAS PARA SATISFAZER AS TOMADAS DE DECISÕES DE SEUS USUÁRIOS?

OPÇÕES	Nº DE ENTREVISTADOS	%
CONCORDO	31	78%
DISCORDO	5	12%
NÃO ME SINTO APTO A RESPONDER	4	10%
TOTAL	40	100%

FONTE: Pesquisa de campo – novembro/2011.

GRÁFICO 05 – AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SÃO PREPARADAS PARA SATISFAZER AS TOMADAS DE DECISÕES DE SEUS USUÁRIOS?



FONTE: Pesquisa de campo – novembro/2011.

Percebe-se no gráfico acima que um significativo percentual de 78% dos entrevistados concorda com a pergunta em questão e com declinada porcentagem de 12% discordam, sendo o menor percentual de 10% dos entrevistados não se sentem aptos a responder. Notou-se que

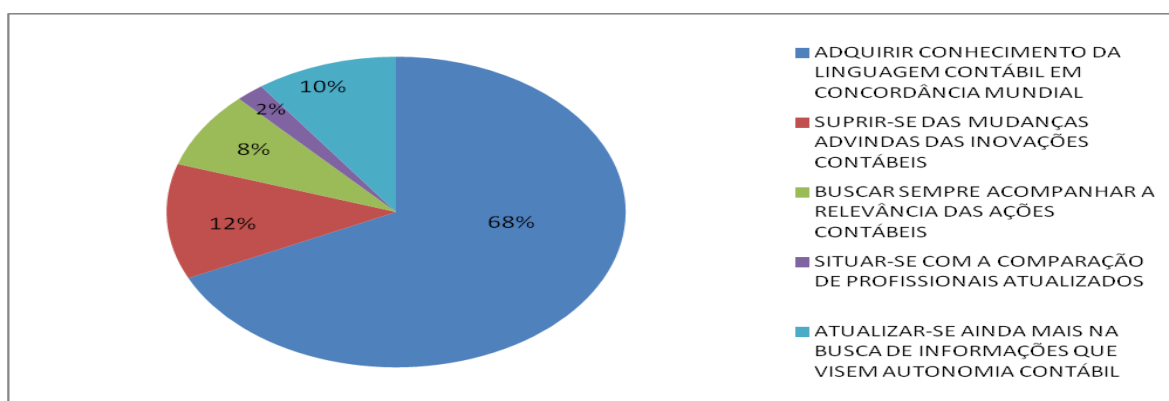
o maior número de respostas são favoráveis a questão das demonstrações oferecerem maior preparo para as IFRS, no âmbito da contabilidade.

TABELA 06 – EM SUA OPINIÃO, QUAL O OBJETIVO PRINCIPAL NO CONHECIMENTO DAS IFRS?

OPÇÕES	Nº DE ENTREVISTADOS	%
ADQUIRIR CONHECIMENTO DA LINGUAGEM CONTÁBIL EM CONCORDÂNCIA MUNDIAL	27	68%
SUPRIR-SE DAS MUDANÇAS ADVINDAS DAS INOVAÇÕES CONTÁBEIS	5	12%
BUSCAR SEMPRE ACOMPANHAR A RELEVÂNCIA DAS AÇÕES CONTÁBEIS	3	8%
SITUAR-SE COM A COMPARAÇÃO DE PROFISSIONAIS ATUALIZADOS	1	2%
ATUALIZAR-SE AINDA MAIS NA BUSCA DE INFORMAÇÕES QUE VISEM AUTONOMIA CONTÁBIL	4	10%
TOTAL	40	100%

FONTE: Pesquisa de campo – novembro/2011.

GRÁFICO 06 – EM SUA OPINIÃO, QUAL O OBJETIVO PRINCIPAL NO CONHECIMENTO DAS IFRS?



FONTE: Pesquisa de campo – novembro/2011.

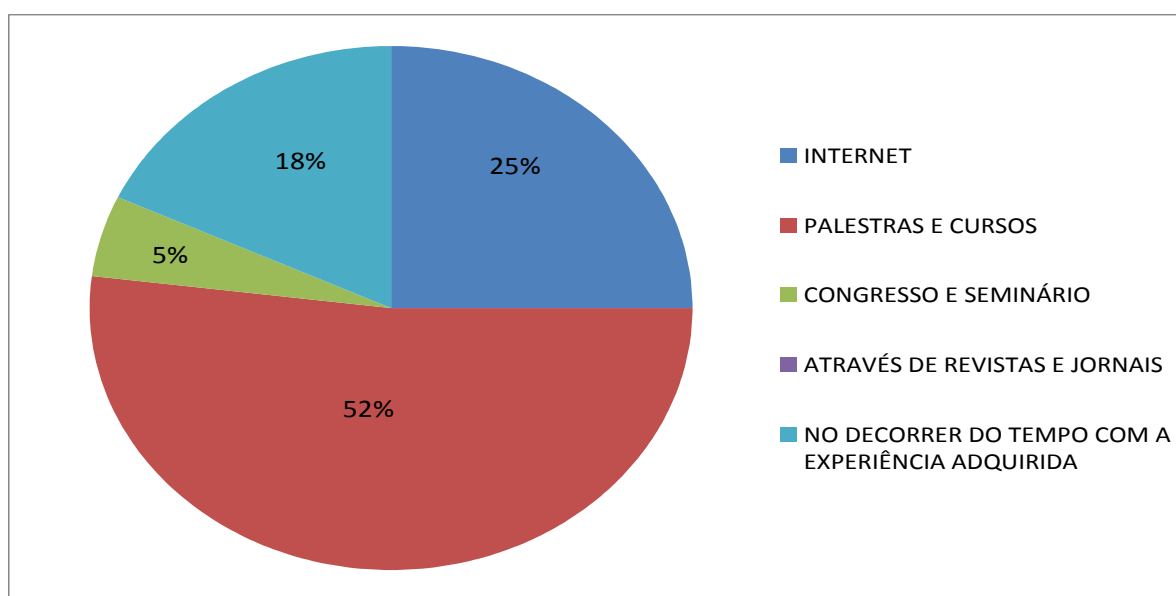
Percebe-se que em análise ao gráfico acima o grande percentual 68% busca aderir conhecimento sobre as IFRS, sendo que 12% dos entrevistados visam observar as mudanças das IFRS, e 10% visam às informações da autonomia contábil e os demais 8% buscam acompanhar a importância das ações e um pequeno percentual de 2% se sentem atualizados com o referido assunto.

TABELA 07 – COMO VOCÊ ADQUIRIU CONHECIMENTO DAS IFRS?

OPÇÕES	Nº DE ENTREVISTADOS	%
INTERNET	10	25%
PALESTRAS E CURSOS	21	52%
CONGRESSO E SEMINÁRIO	2	5%
ATRAVÉS DE REVISTAS E JORNAIS	0	0%
NO DECORRER DO TEMPO COM A EXPERIÊNCIA ADQUIRIDA	7	18%
TOTAL	40	100%

FONTE: Pesquisa de campo – novembro/2011.

GRÁFICO 07 – COMO VOCÊ ADQUIRIU CONHECIMENTO DAS IFRS?



FONTE: Pesquisa de campo – novembro/2011

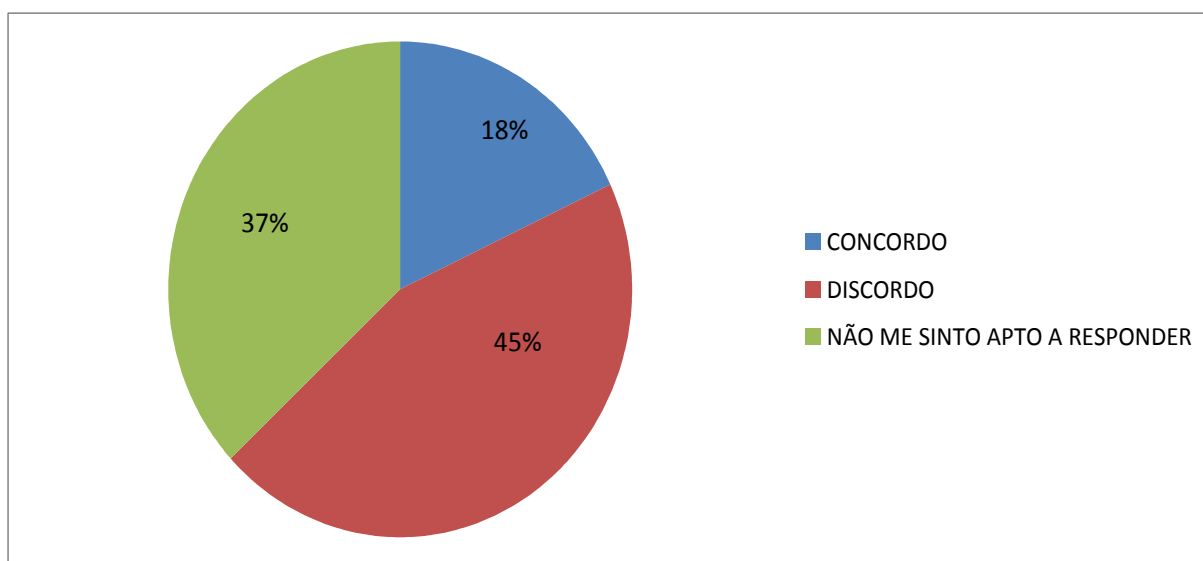
Percebe-se em análise ao gráfico acima que na sua maior e relevante parte percentual de 52% dos entrevistados adquiriram conhecimento das IFRS através de palestras e cursos, tendo 25% dos entrevistados buscado conhecimento através da internet, e 18% obteve conhecimento com o decorrer do tempo com a experiência adquirida e com um pequeno percentual de 5% através de congresso e seminários.

TABELA 08 – EM SUA OPINIÃO OS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS ESTÃO APLICANDO NA CONTABILIDADE DAS EMPRESAS OS PROCEDIMENTOS ADOTADOS NAS IFRS?

OPÇÕES	Nº DE ENTREVISTADOS	%
CONCORDO	7	18%
DISCORDO	18	45%
NÃO ME SINTO APTO A RESPONDER	15	37%
TOTAL	40	100%

FONTE: Pesquisa de campo – novembro/2011.

GRÁFICO 08 – EM SUA OPINIÃO OS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS ESTÃO APLICANDO NA CONTABILIDADE DAS EMPRESAS OS PROCEDIMENTOS ADOTADOS NAS IFRS?



FONTE: Pesquisa de campo – novembro/2011.

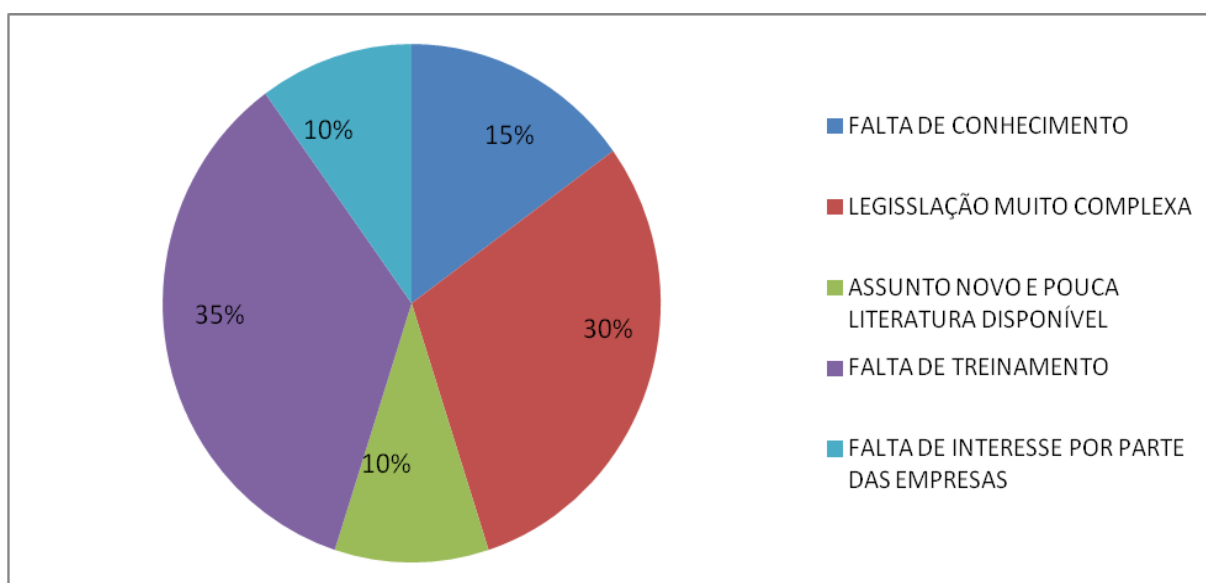
Percebe-se em análise do gráfico acima que a maior parte do percentual de 45% dos entrevistados estão convictos que os profissionais não estão aplicando os procedimentos por não terem o certo conhecimento, tendo em vista que o percentual de 37% dos entrevistados não estão aptos a responderem a referida pergunta e 18% concordam que estão sendo aplicados os procedimentos das IFRS. Notou-se uma visibilidade de parâmetros entre concordar e discordar sobre o preparo das IFRS no âmbito da contabilidade.

TABELA 09 – NO CASO DE DISCORDÂNCIA QUAL O MOTIVO?

OPÇÕES	Nº DE ENTREVISTADOS	%
FALTA DE CONHECIMENTO	6	15%
LEGISSLAÇÃO MUITO COMPLEXA	12	30%
ASSUNTO NOVO E POUCA LITERATURA DISPONÍVEL	4	10%
FALTA DE TREINAMENTO	14	35%
FALTA DE INTERESSE POR PARTE DAS EMPRESAS	4	10%
TOTAL	40	100%

FONTE: Pesquisa de campo – novembro/2011.

GRÁFICO 09 – NO CASO DE DISCORDÂNCIA QUAL O MOTIVO?



FONTE: Pesquisa de campo – novembro/2011.

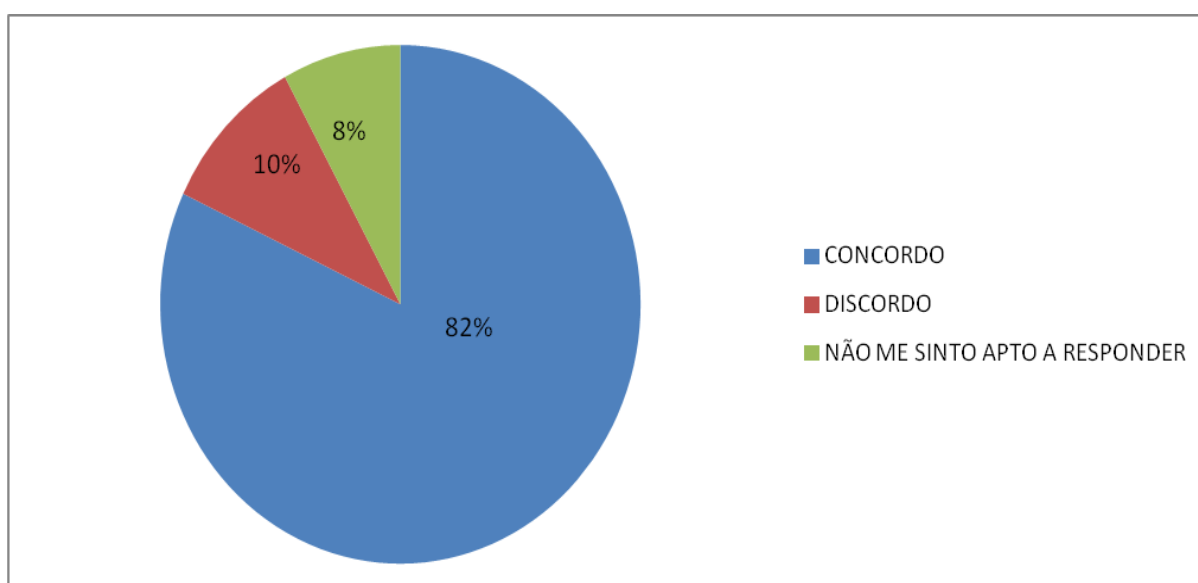
Percebe-se em análise do gráfico acima que 35% dos entrevistados afirmam falta de treinamento para trabalharem com as IFRS, sendo que 30% dos entrevistados têm a convicção há uma legislação muito complexa no conhecimento das IFRS, para a aplicação nas empresas, sendo que 15% afirmam que há uma falta de conhecimento e que 10% afirmam que existe falta de interesse por parte das empresas e com o mesmo percentual afirmam assunto novo e pouca literatura disponível.

TABELA 10 – EM SUA OPINIÃO AS IFRS IRÃO PROPORCIONAR MUDANÇAS POSITIVAS PARA A CONTABILIDADE?

OPÇÕES	Nº DE ENTREVISTADOS	%
CONCORDO	33	82%
DISCORDO	4	10%
NÃO ME SINTO APTO A RESPONDER	3	8%
TOTAL	40	100%

FONTE: Pesquisa de campo – novembro/2011.

GRÁFICO 10 – EM SUA OPINIÃO AS IFRS IRÃO PROPORCIONAR MUDANÇAS POSITIVAS PARA A CONTABILIDADE?



FONTE: Pesquisa de campo – novembro/2011.

Percebe-se em análise do gráfico acima que um grande percentual de 82% que as IFRS irão proporcionar mudanças positivas para a contabilidade, sendo que 10% dos entrevistados discordam que as IFRS irão proporcionar mudanças positivas para a contabilidade e 8% dos entrevistados não se sentem aptos a responder sobre o referido assunto. Notou-se de forma concisa e direta que os entrevistados estão em relevância mediante das resposta em plena confiança que as IFRS, por ser um assunto novo e de total confiabilidade para a unificação da linguagem contábil irá melhorar consideravelmente mudanças positivas para o meio contábil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi investigar se profissionais e estudantes de Ciências Contábeis sentem-se capacitados a atuar na prática, com as normas internacionais de Contabilidade e as práticas de IFRS no ambiente corporativo.

Para tanto, primeiramente foi feita uma pesquisa bibliográfica, para embasar a pesquisa de campo que buscou compreender e analisar o conhecimento de forma direta e concisa dos entrevistados, através de aplicação de um questionário contendo perguntas fechadas e por fim foi feito o tratamento dos dados de forma descritiva.

A análise dos resultados demonstra que embora os entrevistados concordem que as mudanças na contabilidade serem positivas, não está de fato sendo aplicada. Atribuindo para isso a falta de treinamento e legislação muito complexa.

Mediante todos os dados coletados através de pesquisas e aplicabilidade de questionário, verificou-se que há um forte embasamento de buscar o conhecimento sobre as IFRS, como um grande marco para alavancar ainda mais o progresso da contabilidade de forma que possa abranger o mérito de induzir o conhecimento de uma assunto novo e de total importância para todos os profissionais liberais e estudantes de ciências contábeis, que buscam oferecer de maneira coerente as informações relevantes para a continuidade infinita de conhecimento dessa ferramenta de grande importância conhecida como contabilidade.

Em resumo, observou-se que existe um grande e notório interesse em conhecer ainda mais sobre as IFRS, como um meio de ter o sucesso de conhecimento ainda mais abrangente para as tomadas de decisões no ambiente corporativo que compõem a grande parte de interessados em dar continuidade ao progresso contábil-social.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, Aluisio. Otimismo e apreensão. Razão Contábil.a.5, n.58, p.49-54, fev. 2009.

ALMEIDA, Bruno José Machado de; COLOMINA, Clara Isabel Muñoz. Evidencia de lãs diferencias de expectativas em auditoria em mercados bursáteis de reducida dimensión: El caso português. Revista de Contabilidade & Finanças, São Paulo, n.47, p.102-111, maio/ago. 2008.

ARISA, Edison. Hora da verdade. Razão Contábil. São Paulo, v. 6, n.70, p.44-47, jan. 2010.

BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática. São Paulo: Ed. Atlas. 2006.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

CARVALHO, L. Nelson; LEMES, Sirlei, COSTA; COSTA, Fábio Moraes. Contabilidade Internacional Aplicação das IFRS 2005. São Paulo: Atlas, 2011.

COVA, Carlos José Guimarães. A Adoção das IFRS no Brasil e o fortalecimento das boas práticas de governança corporativa. Pensar Contábil. v. 10, n. 42, p.22-29, out/Dez. 2008.

DUARTE, Soraia; DE LUCA, Léa. Momento de transição. Razão Contábil. v.5 , n.53, p.40-44, set.2008.

DELOITTE. Normas internacionais de contabilidade IFRS. São Paulo: Atlas, 2007.

IBRACON. Contabilidade no contexto internacional. Conselho Regional de contabilidade do Estado de São Paulo. v. 9, p.31-32. – São Paulo: Atlas, 1997.

JUNG, Carlos Fernando. Metodologia para pesquisa & Desenvolvimento aplicada a novas tecnologias, produtos e processos. Axcel books do Brasil editora ltda. 2004, pág. 152;

LUCA, Léa de. Vai dar certo. Razão Contábil. v.6, n.65, p.10-19, set/2009;

NIYAMA, Jorge Katsumi. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREIRA, Kene Cristina. Uma iniciação a comparação das práticas contábeis internacionais (IAS), Americanas (EUA) e Brasileiras (BR). Pensar Contábil. v.6, n.21Ago/Out. 2003, pags. 19-24.

REBOUÇAS, Lúcia. Retrato fiel. Razão Contábil. v.6, n.63, p.50-54, jul.2009;

_____, Lúcia. **IFRS em versão light.** Razão Contábil. v.6, n.67, p.32-36, nov.2009.

_____, Lúcia. **Na reta final.** Razão Contábil. v. 7, n.74, p.32-37, jun.2010.

_____, Lúcia. **Vantagens das IFRS.** Razão Contábil. v. 7, n.75, p.23-26, jul.2010;

RIBEIRO, Ricardo Biali – Avaliação do impacto da divulgação das informações contábeis com a adequação da legislação da societária brasileira às normas internacionais de contabilidade: Um estudo no setor gás, petróleo e bicomustível. NATAL, 2010; REPeC;

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2002.

<http://www.leonarde.pro.br/classificacaodaspesquisas.pdf>, acesso em 06 jun. 2011, as 21:13;

http://www.trenchcrossiewatanabe.com.br/alertas/7_AL_Tax_jun09.pdf, acesso em: 30 jun 2011, 15:35;

<http://www.cpcon.eng.br/gestao-patrimonial/gestao-financas/ifrs-controle-patrimonial/acesso>: 29/07/2011, 21:34;

<http://contabilidade10.blogspot.com/2009/08/rtt-e-fcont-impactos-da-lei-1163807-e.html>.acesso em: 17 jun.2011.

APÊNDICE - A
LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO
DO RIO GRANDE DO NORTE
QUESTIONÁRIO

01) Sexo:

- a) masculino
- b) feminino

02) Idade:

- a) 18 a 30 anos
- b) 31 a 43 anos
- c) 44 a 56 anos
- d) 57 a 69 anos
- e) 70 a 82 anos

03) Qual o seu interesse de estudar sobre as IFRS?

- a) Muito interesse
- b) Médio interesse
- c) Pouco interesse
- d) Indeciso
- e) sem interesse

04) Atuação profissional:

- a) Estudante
- b) Profissional liberal

05) As demonstrações contábeis são preparadas para satisfazer as tomadas de decisões de seus usuários:

- a) Concordo
- b) Discordo
- c) Não me sinto apto a responder

06) Na sua opinião, qual o objetivo principal no conhecimento das IFRS?

- a) Adquirir conhecimento da linguagem contábil em concordância mundial
- b) Suprir-se das mudanças advindas das inovações contábeis
- c) Buscar sempre acompanhar a relevância das ações contábeis
- d) Situar-se com a comparação de profissionais atualizados
- e) Atualizar-se ainda mais na busca de informações que visem autonomia contábil

07) Como você adquiriu conhecimento sobre as IFRS?

- a) Internet
- b) Palestras e cursos
- c) Congresso e Seminário
- d) Através de revistas e jornais
- e) No decorrer do tempo com a experiência adquirida

08) Na sua opinião os profissionais contábeis estão aplicando contabilidade das empresas os procedimentos adotados nas IFRS?

- a) Concordo
- b) Discordo
- c) Não me sinto apto a responder

09) No caso de discordância qual o motivo?

- a) Falta de conhecimento
- b) Legislação muito complexa
- c) Assunto novo e pouca literatura disponível
- d) Falta de treinamento
- e) Falta de interesse por parte das empresas

10) Na sua opinião as IFRS irão proporcionar mudanças positivas para a contabilidade?

- a) Concordo
- b) Discordo
- c) Não me sinto apto a responder